

MESA DIRETORA

JALSER RENIER PADILHA - PRESIDENTE

CORONEL CHAGAS
1ª VICE-PRESIDENTE

NALDO DA LOTERIA
1º SECRETÁRIO

DHIEGO COELHO
3º SECRETÁRIO

JÂNIO XINGÚ
2º VICE-PRESIDENTE

MARCELO CABRAL
2º SECRETÁRIO

IZAIAS MAIA
4º SECRETÁRIO

FRANCISCO MOZART
3º VICE-PRESIDENTE

MASAMY EDA
CORREGEDOR GERAL

JORGE EVERTON
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

George Melo (PSDC) - Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Vice-Presidente
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Brito Bezerra (PP) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Oleno Matos (PDT) - Membro

Comissão de Administração, Segurança e serviços públicos

Jorge Everton (PMDB) - Presidente
Soldado Sampaio (PC do B) - Vice-Presidente
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro

Comissão de Ética Parlamentar

Marcelo Cabral (PMDB) - Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro
Suplentes:
1º - Chico Guerra (PROS)
2º - Oleno Matos (PDT)

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Coronel Chagas (PRTB) - Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro
Diego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Lenir Rodrigues (PPS) - Presidente
Evangelista Siqueira (PT) - Vice-Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Membro
Chico Mozart (PRP) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Defesa do Consumidor

Chico Mozart (PRP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Mecias de Jesus (PRB) - Membro
Coronel Chagas (PRTB) - Membro
Evangelista Siqueira (PT) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Ângela Águida Portella (PSC) - Presidente
Oleno Matos (PDT) - Vice-Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro
Lenir Rodrigues (PPS) - Membro
Dhiego Coelho (PSL) - Membro

Comissão de Agricultura Pecuária e Política Rural

Zé Galeto (PRP) - Presidente
Aurelina Medeiros (PSDB) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Gabriel Picanço (PRB) - Membro

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Chico Guerra (PROS) - Presidente
Izaias Maia (PRB) - Vice-Presidente
Dhiego Coelho (PSL) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro
Francisco Mozart (PRP) - Membro

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Mecias de Jesus (PRB) - Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Vice-Presidente
Marcelo Cabral (PMDB) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro
Aurelina Medeiros (PSDB) - Membro

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo

Brito Bezerra (PP) - Presidente
Valdenir Ferreira (PV) - Vice-Presidente
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Zé Galeto (PRP) - Membro
Izaias Maia (PRB) - Membro

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Masamy Eda (PMDB) - Presidente
Odilon Filho (PEN) - Vice-Presidente
Oleno Matos (PDT) - Membro
Ângela Águida Portella (PSC) - Membro
Naldo da Loteria (PSB) - Membro

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Gabriel Picanço (PRB) - Presidente
Masamy Eda (PMDB) - Vice-Presidente
George Melo (PSDC) - Membro
Jânio Xingú (PSL) - Membro
Mecias de Jesus (PRB) - Membro

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e Mercosul

Dhiego Coelho (PSL) - Presidente
Chico Guerra (PROS) - Vice-Presidente
Jorge Everton (PMDB) - Membro
Odilon Filho (PEN) - Membro
Soldado Sampaio (PC do B) - Membro

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665 | E-mail: docgeralale@gmail.com

DANIELLY VANDERLEI DE MORAIS
Gerente de Documentação Geral

CHRISTIAN DELLA PACE FERREIRA
Diagramação

Atos Administrativos

- Resoluções de Afastamento nº 153 a 157/2015 02

Atas Plenárias

- Ata da 2389ª Sessão Ordinária - Íntegra 02
- Ata da 2390ª Sessão Ordinária - Íntegra 08
- Ata da 2391ª Sessão Ordinária - Íntegra 11

ATOS ADMINISTRATIVOS
RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTOS
RESOLUÇÃO Nº 153/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **ANDRÉ PARAGUASSU DE OLIVEIRA CHAVES Matrícula 14971** para viajar com destino aos Municípios de São Luiz do Anauá (Vila Moderna), Baliza e Caroebe, no período de 25.05 a 29.05.2015, com a finalidade tratar de assuntos inerentes às atividades funcionais, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 22 de Maio de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 154/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento das servidoras **MARIA DO PERPETUO SOCORRO BARBOSA MARQUES Matrícula 16797** e **SILVIA MARIA MACEDO COELHO Matrícula 16804**, para viajarem com destino a Cidade de Vitória - ES, no período de 08.06 a 13.06.2015, com a finalidade de participarem da XIX Conferência da UNALE, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 25 de Maio de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 155/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento das servidoras **NARJARA DE LIMA FAGUNDES Matrícula 15106** e **CAMILA DA SILVA LEITE Matrícula 11510**, para viajarem com destino a Cidade de Vitória - ES, no período de 09.06 a 12.06.2015, com a finalidade de participarem da XIX Conferência da UNALE, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 25 de Maio de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 156/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **ROCILDA NASCIMENTO DE OLIVEIRA Matrícula 17156**, **WESLEY PEREIRA DASILVA Matrícula 17283**, **JACKILO DE MATOS CUMAPA Matrícula 17151** e **RYCHAEL VASCONCELOS DO NASCIMENTO Matrícula 13738**, para viajarem com destino ao Município de Rorainópolis, no período de 08.06 a 14.06.2015, com a finalidade de realizarem levantamentos nas Delegacias e Postos Militares do referido Município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 25 de Maio de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 157/2015

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento dos servidores **RENATO DIAS MAGALHÃES Matrícula 17154**, **ANDRE LUIS DA SILVA FERREIRA Matrícula 16300**, **ELISON ROBERTO DE OLIVEIRA SOUZA Matrícula 17282** e **EMANUEL DE KASSIO LIMA MARTINS Matrícula 15190**, para viajarem com destino ao Município de Caracará, no período de 08.06 a 14.06.2015, com a finalidade de realizarem levantamentos nas Delegacias e Postos Militares do referido Município, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 25 de Maio de 2015

Deputado JALSER RENIER PADILHA

Presidente

Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA

1º Secretário

Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO

2º Secretário

ATAS PLENÁRIAS - ÍNTEGRA
**ATA DA 2389ª SESSÃO, EM 23 DE ABRIL DE 2015.
49º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às nove horas do dia vinte e três de abril de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima octogésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo nono período legislativo da sétima Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário, que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Marcelo Cabral**) - Senhor Presidente, não há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**)- Não havendo quórum regimental, suspendo a Sessão pelo tempo regimental.

Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**)-Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário, que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo-Secretário proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo-Secretário (**Marcelo Cabral**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) - O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 19, de 22/04/15, da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, Suely Campos, que submete à apreciação e arguição desta Casa Legislativa, o nome do Senhor Elias Augusto de Lima Silva, indicado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima – IPEM.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Projeto de Resolução Legislativa nº 005/2015, que, “Dispõe sobre reposição salarial dos servidores do Poder Legislativo Estadual para o exercício financeiro de 2015, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988 e dá outras providências”.

Projeto de Lei s/nº, de 22/04/15, do Deputado Jânio Xingú que, “Considera o Conjunto Arquitetônico e a Encenação da Paixão de Cristo Patrimônio Cultural, Material e Imaterial do Estado de Roraima”.

Indicação s/nº, de 16/04/15, do Deputado Francisco

Mozart, solicitando ao Governo do Estado a adoção das medidas necessárias para liberação de recursos financeiros de contrapartida do Estado para construção da Casa da Mulher Brasileira.

Requerimento s/nº, de 22/04/15, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo, ao Plenário desta Casa Legislativa, que seja constituída Comissão Especial Externa para analisar propostas à Reforma Política.

Indicação s/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos, a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, para conclusão da obra de construção das caixas d'água na Vila Martins Pereira e na Sede do Município de Rorainópolis.

Indicação s/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos, encaminhando a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado à solicitação de conclusão da reforma, em caráter de urgência, da Escola Estadual Tenente João de Azevedo Cruz na Vila Nova Colina, Município de Rorainópolis, e contratação de pessoal de apoio, Administrador Educacional e Coordenador Pedagógico, bem como, aquisição de 100 cadeiras e utensílios de copa e cozinha para a referida Escola.

Indicação s/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos, encaminhando a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado solicitação de reforma, em caráter de urgência, da estrutura física e do muro da Escola Estadual Leopoldo Campelo, no Distrito de Jundiá, bem como, reparos em sua rede de energia elétrica.

Indicação s/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos, encaminhando a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado solicitação de reforma, em caráter de urgência, da estrutura física e reparos nas redes elétrica e hidráulica da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Fagundes Varela, na Vila Martins Pereira, Município de Rorainópolis.

Indicação s/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos, encaminhando a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado solicitação de reforma, em caráter de urgência, e construção de banheiros adaptados para pessoas com deficiência nas Escolas Estaduais: Padre Eugênio Possamai, José de Ancar e Antônia Tavares, todas no Município de Rorainópolis.

Indicação s/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos, encaminhando a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado solicitação para conclusão de dez quilômetros de asfalto, na Vicinal 02, via principal do Município de Rorainópolis.

Indicação s/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos, encaminhando a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado solicitação para troca dos postes de madeira por postes de concreto, nas Vicinais de Rorainópolis.

DIVERSOS:

Ofício nº 11, de 11/03/15, do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, colocando à disposição desta Casa Legislativa as ações daquele Instituto e do Programa INTERLEGIS.

Ofício nº 001, de 15/04/15, da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual de Roraima, comunicando que, no dia 13/09/15, realizará a XIV Parada do Orgulho LGBT, na Praça Velia Coutinho – Complexo Ayrton Senna, a partir das 16h, bem como solicitando uma reunião, no dia 15 de maio do corrente ano, nesta Casa Legislativa, para apresentação do Projeto Parada do Orgulho LGBT/RR.

Ofício nº 001, de 15/04/15, do Fórum Estadual de Educação de Roraima - FEERR, solicitando informações referentes ao posicionamento desta Casa em relação aos trâmites para aprovação do Projeto de Lei sobre o Plano Estadual de Educação de Roraima, encaminhado dia 18/12/14 a esta Augusta Casa.

Ofício nº 002/15 – GP/RR, de 20/04/15, do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima – TRE/RR, em resposta ao Ofício nº 002/15/GAB/PRES/ALE, informando a impossibilidade de comparecimento ao evento de assinatura do Termo de Cooperação Técnica, dia 22/04/15.

Ofício nº 005, de 16/04/15, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima – SINDPRER, comunicando Paralisação/Greve dos Trabalhadores de Enfermagem.

Ofício nº 014, de 13/04/15, da Universidade Federal de Roraima – CAPSI - UFRR, solicitando homologação do Processo/Criação da Lei nº 637, de 18/01/08, que autoriza o Governo do Estado a criar o Programa de Assistência Psicológica a Crianças e Adolescentes nas Escolas Estaduais.

Ofício Especial s/nº, de 16/04/15, da Prefeitura Municipal de Caroebe, Prefeito Paulo Cesar Gomes Ortiz, solicitando cópia da Legislação que criou a Hidrelétrica de Jatapú, localizada no

município de Caroebe e pertencente ao Estado de Roraima, bem como, toda a documentação que acompanhou o pedido de criação.

Ofício nº 12, de 16/04/15, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Roraima – UFRR, Comissão de Diretoria Provisória – DCE - UFRR, solicitando uma cópia do processo da Lei Estadual nº 363/03.

Ofício s/nº, de 15/04/15, do Sindicato dos Taxistas, Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Transportadores Rodoviários Autônomos e Similares de Cargas e Passageiros do Estado de Roraima - SINTACAVERRR, solicitando especial atenção em liberar o Plenário Deputado Valério Magalhães, no período das 9h às 12h, no dia 1º de maio de 2015, Dia do Trabalhador, quando este sindicato realizará a posse da nova diretoria.

Carta s/nº, de 27/04/15, da Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR, encaminhando denúncia em anexo.

Ofício nº 107, de 15/04/15, do Ministério Público de Roraima, Procuradoria - Geral de Justiça, informando os procedimentos administrativos nºs 036/14 PA/PGJ e 043/14 PA/PGJ, cumprindo com o disposto no Art. 36, inciso cinco, da Lei Complementar Federal nº 141.12.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) - Senhor Presidente, há dois oradores inscritos para o Grande Expediente, os Senhores Deputados Brito Bezerra e Soldado Sampaio.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, colaboradores da Casa, meu cordial bom-dia. Senhor Presidente, faço uso desta Tribuna para que nós do Poder Legislativo e o Poder Executivo, a exemplo do Tribunal Regional Eleitoral, através do Desembargador Mauro Campelo, Presidente daquele Tribunal, possamos juntos, em parceria, fortalecer a democracia do nosso amado Estado de Roraima, em especial da capital Boa Vista. Senhor Presidente, o ano que se aproxima será o de eleições municipais, serão disputados os cargos de Prefeitos e Vereadores, enquanto nós do Poder Legislativo somos a caixa de ressonância da sociedade, a base da democracia deste País, nesta Casa. Devemos, juntos com o Tribunal Regional Eleitoral, formar uma parceria e, após algumas explanações que farei neste Plenário, gostaria que Vossa Excelência atendesse a solicitação deste parlamentar. Os jornais já dão conta que o mapeamento do TRE visa inibir transferência de títulos. É importante dizer, Senhores Deputados, que Boa Vista é a única capital do País que não tem segundo turno, porém estamos muito próximos de atingirmos o total de eleitores, previstos por lei, 200 mil eleitores, portanto será uma capital também com segundo turno. É importante que se diga, Senhoras e Senhores Deputados, que o segundo turno fortalece e revigora a democracia. Nós podemos trabalhar para que possamos, juntos, fazer uma grande campanha, esclarecendo a necessidade da não transferência de títulos para o interior do Estado. Eu gostaria, Senhor Presidente, de ler a tese de um juiz que comprova a transferência de títulos para o interior do Estado, liderado por políticos que têm muita influência na capital e se candidatam no interior do Estado. A tese foi matéria de jornal e é do Dr. Rodrigo Furlan. A tese do magistrado destaca que a influência nos municípios de Roraima está acima de 50% nas decisões que elegem prefeitos e vereadores, Deputado Odilon, devido a essas transferências. Tese do juiz eleitoral Rodrigo Furlan, a princípio, era uma suspeita, mas agora já se pode comprovar na probabilidade de eleitores transferidos de Boa Vista para o interior que decidem diretamente no resultado das eleições é de 50%. Quais as consequências? A legitimidade do processo eleitoral do interior é um risco à democracia, pois essas pessoas que deveriam ser eleitores do Município de Boa Vista, porque moram aqui, mas vão votar em outros municípios, influenciam nas decisões e não convivem naquele contexto social, alteram as decisões daquele município, interferindo onde as decisões políticas dos prefeitos e vereadores serão tomadas. Essas informações também foram publicadas no Jornal Folha de Boa Vista, onde a tese do magistrado é o reflexo da larga experiência depois de já ter atuado como Juiz Eleitoral na 3ª Zona Eleitoral, no Município de Alto Alegre, Centro Oeste do Estado e na 5ª Zona de Boa Vista. Hoje é Juiz Eleitoral titular do 3º juizado, é professor de Ciências Políticas da Universidade Federal de Roraima. O Magistrado tem formação em Ciências Políticas

pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A tese defendida, em setembro de 2014, teve como base as eleições nos Municípios de Cantá, Centro-Sul; Alto Alegre; Amajari e Pacaraima, ambos na Região Norte do Estado. Seu trabalho comprova a existência do problema que repercutiu nos demais municípios do interior de Roraima. Para ressaltar sua tese, Furlan destaca a capital roraimense como Cidade Estado e a compara com Atenas, antiga capital da Grécia, ou seja, segundo o magistrado, quando se pensa em Grécia só se fala em Atenas, a exemplo de Roraima onde, politicamente, só falamos em Boa Vista, tendo em vista que representa quase que 70% dos eleitores do nosso Estado. O problema é Boa Vista projetar a influência do seu poder político em cima dos municípios que são muito pobres e precisam da participação política dos moradores para promover o desenvolvimento. Para Furlan, o problema não está só em eleitores saírem de Boa Vista e elegerem representantes em outros Municípios, mas, também, em elegerem pessoas que moram em Boa Vista. Assim, o problema aumenta ainda mais, pois na rua em que você mora tem um buraco, mas o vereador também mora lá e é provável que o mesmo faça uma Indicação para que consertem esse buraco. Já se o vereador morar em outro município, sequer fica sabendo do que está acontecendo. E nós temos aqui, Deputado Evangelista, vereadores de outros municípios que moram na capital e até prefeitos que não moram no seu município. Veja bem, Deputado Francisco Mozart, o Prefeito que não mora em seu município, que despreza a residência naquele município, ele também despreza o Município, ou seja, ele está dizendo tacitamente que o município não é digno de ter a sua moradia. Portanto, como pode ser digno de ter ali o seu comando como autoridade maior do seu município? Esse magistrado, após essa tese, encaminhou recomendações ao Tribunal Regional Eleitoral como a continuação dos projetos de conscientização como eleitor do futuro. Esse programa já é desenvolvido pelo Tribunal Regional Eleitoral, através de seu corpo técnico, sob comando do seu Presidente Desembargador Mauro Campelo. Isso tendo como base a educação política que é, praticamente, inexistente em Roraima por parte dos partidos políticos que não apresentam participação efetiva com a sociedade. Entendo que a conscientização política para educação é um dos pontos que faltam, ressaltando que, sem liberdade econômica no Estado, não se pode falar em liberdade política.

Portanto, Senhor Presidente, o Tribunal Regional Eleitoral já tem a resolução nº 249 de 2015, a ser publicada em breve, que trata sobre o requerimento de alistamento eleitoral. Deputado Chico Guerra, Vossa Excelência que tem como base o Município de Caracarái, onde os magistrados irão fazer diligências em 10% dos eleitores que irão fazer essas transferências para o interior, ou seja, ele vai verificar *in loco* se realmente os eleitores têm domicílio eleitoral naquele município. Nós temos que ser conscientes de comunicar esses eleitores, que eles poderão ser responsabilizados criminalmente, assim como o político que também os leva a fazer essa transferência. Essa Resolução será colocada em prática efetivamente para que o eleitor tenha consciência do crime que está cometendo, se fizer a transferências desses títulos. Nós sabemos que essa prática é, realmente, corriqueira, ela acontece no nosso Estado, e nós precisamos, sim, fazer com que o pleito político na nossa capital tenha mais lisura. Todos nós sabemos que um pleito que tem um segundo turno terá uma concorrência maior. O eleitor terá a oportunidade de analisar melhor em quem votar. Qual realmente o Prefeito ou Prefeita que traz as melhores propostas para o desenvolvimento econômico e social do município de Boa Vista.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Deputado Brito, quero parabenizá-lo pelo discurso. Quero lembrar que na época em que não existia o segundo turno, houve casos em que prefeitos foram eleitos e governaram cidades com menos de 30% dos votos da população. Isso aconteceu em várias cidades do Brasil. E o segundo turno veio para corrigir isso, para fortalecer a democracia, para que o cidadão que venha a ser gestor de uma cidade ou de um estado, possa ser um gestor com maioria da vontade popular do povo daquela cidade ou daquele Estado. Eu queria, a título de sugestão, pedir ao Presidente, Deputado Jalser Renier, que fizesse uma ampla campanha em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral para que nós pudéssemos aumentar ainda mais o número de eleitores para que, no ano que vem, Boa Vista pudesse realmente ter o segundo turno e que a disputa eleitoral na capital de Roraima possa ser mais justa, mais democrática, enfim, que os eleitores possam realmente escolher o prefeito ou prefeita que a maioria da população desejou.

Portanto, seu discurso é muito relevante, importante na questão das transferências ilegais de títulos para os municípios, que tem dado um prejuízo eleitoral muito grande ao município de Boa Vista. E, como Vossa Excelência mesmo acabou de falar, na capital do Estado, sabemos disso, a maioria da população reside aqui em Boa Vista, mas no tocante à questão eleitoral, eu acho que o Poder Legislativo, através do Presidente Jalser Renier, pode fortalecer esse laço com o TER, em prol de uma campanha, para que ano que vem a gente possa ter o segundo turno. Obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Obrigado, Deputado Xingú, peço à taquigrafia que insira o aparte do Deputado Xingú ao meu pronunciamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado Brito, na mesma linha do Deputado Xingú, quero parabenizá-lo e já pedir ao Presidente que comece a discutir, através de fórum nesta Casa, porque a gente sabe que as eleições municipais são muito importantes para os municípios do interior, onde, conforme se sabe uma eleição para vereador é decidida por 3, 4 votos. Então, essa prática de levar o voto não é democrática, porque, entendendo, as pessoas que estão ali conhecem os problemas de cada vicinal, da cidade. Essas pessoas são as legítimas representantes para decidir os destinos das suas cidades.

Então, eu vejo nem tanto ser a questão da capital, é mais dos municípios, porque a quantidade de votos que decide uma eleição em cada município é muito pequena. A gente está cansado de ver uma pessoa ganhar ou perder uma eleição por um voto. É, portanto, uma prática normal a decisão por poucos votos.

Então, há candidatos que não conseguem êxito numa eleição por conta da transferência de voto. Vossa Excelência colocou muito bem e eu pediria até que o Presidente da Assembleia fizesse uma Sessão Especial, convocasse o TER, a OAB, a sociedade civil organizada para tratarmos desse assunto que é da mais alta importância, porque esses municípios, certamente, irão dar suporte para este grande Estado de Roraima. Para que assim ocorra, é preciso que os políticos de lá sejam bons representantes, pessoas que moram naquelas localidades, pessoas que conheçam a realidade e que defendam os interesses de cada município.

Então, Vossa Excelência está de parabéns nesta manhã, Vosso discurso é extremamente importante para o destino do nosso Estado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Requeiro ao setor de taquigrafia que insira o aparte do Deputado George Melo ao meu pronunciamento.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Oleno Matos** – Quero parabenizar o nosso líder pela brilhante explanação, aproveitar este momento para informar que, graças ao Presidente que assinou o termo de cooperação técnica com os outros poderes e alguns órgãos relacionados ao nosso projeto CINE ALE, no qual nós teremos inserções de vídeos e que o Senhor solicitou à assessoria de comunicação da Casa para que também nós possamos fazer um vídeo no que diz respeito à importância do voto do jovem. E, também, falando dessa prática nefasta e ilegal de transferência de títulos, porque se a gente conseguir, como o Presidente na coletiva falou, educar o jovem da maneira correta para ele pensar no processo eleitoral, eu não tenho dúvidas de que iremos construir um futuro melhor para todo o Estado. Parabéns, Deputado Brito.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua. – Obrigado, Deputado Oleno Matos, também peço à taquigrafia que incorpore o seu aparte.

Mas, Senhor Presidente, nós aqui desta Casa parabenizamos o Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Mauro Campelo, por essa iniciativa. Nós Deputados aqui da Assembleia, através da Mesa Diretora e de Vossa Excelência que é o Presidente, devemos sim interagir com o Tribunal Regional Eleitoral. Com base nos dados oficiais, faltam apenas 9.600 eleitores para que nós possamos completar os 200 mil necessários para o segundo turno, enquanto os dados extra-oficiais já dão conta de que faltam menos de três mil eleitores, ou seja, estamos muito próximos de completar os 200 mil. Portanto, é uma forma de fortalecer a democracia e aí, Deputado Evangelista, nós sabemos que, para o fortalecimento, é importante que nós possamos nos utilizar de todas as ferramentas. A democracia é superior aos desejos de partidos políticos, aos desejos dos próprios parlamentares e dos executivos eletivos que estão no comando dos municípios. Enfim, é um dever desta Casa e aqui, Senhor Presidente, Deputado Jalser Renier, através da minha liderança do governo nesta Casa, a Governadora Suely se coloca à

disposição para que nós possamos, junto com os Poderes Executivo, Legislativo e Tribunal Regional Eleitoral, unir forças e promover uma grande campanha de conscientização para o fortalecimento da democracia, em especial, no município de Boa Vista.

Era o que eu tinha a falar e é a proposição que fica para Vossa Excelência, como Presidente da Mesa Diretora desta Casa Legislativa.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, bom-dia. Meu cordial bom-dia aos servidores desta Casa e a todos os cidadãos aqui presentes.

Quero trazer para a Tribuna desta Casa um assunto que está em discussão em todo Brasil, em especial, no Congresso Nacional como um todo, que é a reforma política e aí acredito, Senhores Deputados, nos motivos que explicou o Deputado Brito Bezerra no tocante à importância de acompanharmos a questão de indício de transferência de voto para interior, para que não haja segundo turno aqui em Boa Vista. Esta Casa tem que acompanhar e tratar como, também, defender a reforma política ora em discussão no Congresso. Esta Casa deve dar a sua contribuição e, para dar essa contribuição, é preciso que a gente ouça os nossos partidos, as entidades e a população como um todo.

Então, Senhor Presidente, estou de antemão, protocolando um requerimento nesta Casa, pedido do Senhor Presidente, até aproveitando a oportunidade, quando Vossa Excelência está, juntamente com a Mesa Diretora, aprovando um Decreto Legislativo, que visa amparar um mecanismo para esta Casa fazer essas discussões, através de fóruns, de audiência pública. Eu gostaria que fosse inserido nesse Decreto Legislativo, na sua vontade, que também possamos tirar uma comissão de Deputados aqui e fazer uma discussão em torno da reforma política. Isso nos interessa enquanto políticos e interessa, acima de tudo, à sociedade roraimense e brasileira.

Então, quero pedir de antemão a Vossa Excelência que coloque, senão hoje, mas que na próxima sessão, esse requerimento em votação, criando essa Comissão Especial de 05 Deputados e, de antemão, me coloco à disposição para ser membro assim como os Deputados Lenir, Oleno e outros que também se manifestaram com interesse de participar dessa comissão.

Por que, Senhor Presidente, a importância de trazer esse assunto? Estamos vendo escândalos no Congresso, no cenário político nacional, fruto exatamente do sistema eleitoral com o qual convivemos hoje. É um sistema eleitoral que permite, de fato, que o poder financeiro seja o fator decisivo no processo eleitoral. Essa é a grande questão.

Para vocês terem uma ideia, Senhor Presidente, em 2002, somando a contribuição de empresa, na campanha eleitoral foi algo em torno de 800 milhões, a ONG Transparência Brasil fez esse levantamento. Já em 2010 o montante doado pelas empresas para as campanhas políticas foi de cinco bilhões de reais. Em 2012, não foi diferente. E em 2014, com certeza, vamos chegar a quase 10 bilhões de reais o valor doado pelas empresas no processo eleitoral, ou seja, empresa é uma personalidade jurídica, com CNPJ e não tem CPF, mas quem está decidindo as composições das Assembleias, das Câmaras de Vereadores, do Congresso Nacional, são as grandes empresas que financiam, que montam dentro do seu planejamento estratégico, visando aumentar seus lucros de crescimento da empresa. Está lá uma diretoria, um segmento da empresa discutindo qual a estratégia que a empresa tal vai ter para eleger o maior número de Deputados para fazer aquele famoso toma lá dá cá. “A gente elege o Deputado, financia, e ele aloca as emendas e as emendas serão construídas pela minha empresa, e, automaticamente eu faço uma doação de maneira oficial e o que está sendo apurado pela Polícia Federal, pela justiça, também é o caixa dois” de campanha.

Em 2010, o custo do voto foi algo em torno de quatro reais, uma ONG pegou os Deputados eleitos e somou as receitas/doações e dividiu pela quantidade de votos. Sai em média de quatro reais. Já em 2014, esse voto saiu a nove reais, isso em todo Brasil. Se trouxer para a nossa realidade, a gente perde na casa de dezena e vai para centenas de reais o custo de cada voto.

Então, isso é preocupante, porque cada dia mais caminha o processo do voto passar a ser uma mercadoria e as empresas, Deputado Naldo, ser o grande “fiel da balança”, porque têm recursos para financiar essas campanhas. E, com isso, a gente tira das Assembleias, das Câmaras e do Congresso a representatividade

do povo, de fato, porque só quem elege é quem tem dinheiro.

Hoje, se nós fizermos uma avaliação, inclusive, tenho uma aqui em mãos: dos quinhentos e treze Deputados eleitos na Câmara Federal, 273 são empresários. Por que isso? Mais da metade, a maioria da nossa população é empresária? Não. Aqui está claro, evidente que é o poder financeiro. Não estou aqui dizendo que o empresário não tenha que ter a sua representatividade de fato, tem que eleger seus representantes, como também o trabalhador, o estudante, a mulher. Agora, num processo eleitoral em que o que prevalece é o dinheiro, com certeza, o empresário tem mais vantagem.

Então, é essa a nossa preocupação. Trazemos dados preocupantes, por exemplo, em especial, 51% de nosso eleitorado é composto por mulher. Deputado Odilon, em 82, para ter uma ideia, na Câmara Federal, a gente tinha apenas 08 mulheres Deputadas. Em 90, nós tínhamos 29 mulheres eleitas Deputadas, 6% mulheres apenas na composição da Câmara. Em 2010, não mudou muito, apenas 45 mulheres. Em 2014, acredito que chegou a 60, mas ainda é muito pouco. Isso pelo fato de nós termos a obrigatoriedade de colocar apenas 30% do sexo feminino na composição das chapas pró-ligações, nas eleições proporcionais. O que a gente tem percebido é que a maioria das mulheres empresta o nome simplesmente para atingir a legislação eleitoral. No Senado não é diferente, só tivemos a participação da mulher no senado em 1990, com duas mulheres Senadoras em 2002, passamos para 08 e em 2010 para sete mulheres entre os 81 Senadores que compõem o Senado Federal. Ou seja, isso está aqui mais uma vez caracterizado. Por quê? As mulheres não gostam de política? Elas não se interessam? Não é só isso. É o sistema eleitoral que não permite uma disputa de igual para igual.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Primeiro, parableno Vossa Excelência por trazer essa discussão que é muito pertinente, que não abrange somente a Câmara e o Congresso como um todo, mas é de todo brasileiro, é nossa do Estado de Roraima, porque vai ter consequência em todo País.

Parableno, Vossa Excelência, pelo brilhante discurso. Eu apoio essa causa, pela forma como Vossa Excelência está colocando, apresentando da forma que traz esses dados, já me coloco à disposição. Com relação a Vossa Excelência e os demais Deputados citados para fazerem parte dessa comissão, quero ajudar, quero contribuir, quero discutir também. Ressalto quando o senhor fala da questão do financiamento privado e, sobretudo, traz esse dado alarmante que revela o valor do voto, resultado da pesquisa feita por uma organização, que é vergonhoso saber que o voto tem valor financeiro, quando, na verdade, ele deveria ter valor para construção da cidadania, deveria ser assim. Esses dados não alegam. Apoio essa causa e, por isso, me prontifico em fazer parte dessa comissão juntamente com Vossa Excelência.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua – Obrigado, Deputado Evangelista. Trago mais, Senhores Deputados, os movimentos de rua que têm se manifestado ultimamente em todo o Brasil, deixam claras as suas mensagens, não aceitam mais corrupção, pedem punição, mas, também, pedem a Reforma Política. Cerca de 85% das pessoas que foram às ruas, segundo pesquisas, se manifestaram favoráveis em torno da necessidade dessa Reforma Política. 91% dessas pessoas se manifestaram contra o financiamento privado de empresa no processo político. Está aí o recado dado por esses jovens, pela classe média que foram à rua. O que fazer e qual reforma queremos? Também é preocupante em um Congresso conservador legislarmos em causa própria, será que sairá do Congresso uma boa reforma ou corre o risco de sair algo pior do que está aí? Daí, a necessidade da população acompanhar de perto, porque pela formação do Congresso, em especial, pela vontade de alguns partidos com o PMDB, PSDB, BEM querem dificultar mais ainda o processo eleitoral daqueles que não detêm poder financeiro. Então, para isso, há vários movimentos, várias entidades, inclusive, uma audiência que será promovida pela OAB, pela CNBB aqui em Roraima e outras entidades, chamando as lideranças, chamando os partidos para essa discussão. Acho que esta Casa não pode ficar de fora, precisamos dar a nossa contribuição no tocante à construção da reforma política. O nosso partido já tem uma proposta formatada em apoio a uma proposta encaixada por 103 entidades em nível nacional, entidades como a CNBB, a OAB, a CUT, a FETAG, a UNI, que é a defesa da Reforma Política Democrática. Nessa proposta, Deputado Oleno,

nós defendemos o fim do financiamento de empresas, defendemos que apenas as pessoas físicas poderão contribuir, mesmo assim é preciso ter cautela nessa questão, porque fica muito fácil a esse mesmo empresário pegar um valor X, chamar os seus milhares de servidores, fazer uma contribuição para um determinado candidato e, de alguma forma, persuadir os servidores. A nossa proposta é que a contribuição seja estabelecida em um valor razoável para que qualquer cidadão tenha essa condição, algo em torno de 700 reais, independente do seu rendimento, porque o peso do voto para quem ganha milhões é o mesmo de quem ganha um salário mínimo. Portanto, queremos nivelar o poder de influência não só do voto, mas da contribuição financeira no processo eleitoral. Então, nós defendemos isso, defendemos a manutenção das coligações e defendemos, também, a eleição proporcional em dois turnos, onde, no primeiro turno, o eleitor votaria no partido, na proposta. Ao fazer as contas, o partido X conseguiria eleger dois Deputados, aí sim, o eleitor saberia que, no segundo turno, ele teria dois candidatos para escolher daquele partido, candidatos que iria promover as propostas apresentadas em primeiro turno.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** – Deputado Sampaio, gostaria de entender essa votação em partido, para que os partidos possam escolher os candidatos. Você falou em segundo turno com eleição proporcional, ao mesmo tempo Vossa Excelência disse que as pessoas votariam no partido e o partido elegeiria dois candidatos.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. Deixe explicar. Inclusive, se o cidadão comum quiser, no primeiro turno, for lá votar, o voto é contado no coeficiente eleitoral, se quiser votar no PSL ele tecla 17 e aquele voto é computado. Então, a proposta encabeçada por essas entidades com apoio dos nossos partidos e de outros partidos que já aderiram, é que no primeiro turno, Deputado Xingú, não seria apresentada a relação nominal dos candidatos, apenas os partidos apresentariam propostas, conteúdo programático, cuja defesa o partido irá fazer no parlamento. Supondo que o PSL conseguisse apresentar uma boa proposta e convencesse a população e atingisse o coeficiente eleitoral para eleger três Deputados, já seriam garantidas, líquido e certo, três vagas do PSL. No segundo turno, as eleições proporcionais, a população ia decidir entre os candidatos apresentados do PSL que assumiram as três vagas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** – A minha pergunta é: as pessoas votaram no candidato ou no partido?

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. No primeiro turno, no partido; no segundo turno, nos candidatos.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jânio Xingú** – E quem iria pedir voto para esse partido?

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** continua. O próprio partido, todos os partidos iriam para o horário político e apresentariam suas propostas. É algo saudável, fortalece os partidos, compromete os Deputados eleitos ou Vereadores com o conteúdo programáticos do partido. Percebemos, hoje, que ao serem eleitos por partido, quer dizer, em muitos partidos de aluguel existe o candidato que não tem compromisso nenhum com o partido. Se o partido induzi-lo para um partido, dentro do qual tomar um posicionamento, ele rompe com o partido e segue seu rumo. Com isso, nós garantiremos o fortalecimento dos partidos, que é à base da democracia na política. Para isso, Senhoras e Senhores Deputados, há essa necessidade de discussão ampla com a sociedade, tem outras propostas sendo discutidas, apresentadas, por PSDB, DEM, o próprio PPS que defende o parlamentarismo distingui a figura do Presidente, distingui a figura do governador, será o legislativo indicando a proposta para o PPS. Está colocada a proposta do distrital, onde vão pegar Roraima, por exemplo, dividir o Estado em 24 distritos, cada distrito vai eleger um Deputado, dependendo do tamanho do distrito, ou seja, são propostas que interessam de fato, a nossa democracia interessa a nós, enquanto pessoas públicas, enquanto parlamentares e precisamos da nossa contribuição, vai ser a proposta encabeçada pelos Democratas, pelo PSD que vai prevalecer, a proposta do PMDB, têm as propostas dos grandes partidos, tem a proposta defendida pelo PPS, proposta defendida pelas 63 entidades e estão fazendo uma discussão ampla, apresentando uma proposta de iniciativa popular nessa reforma política, ou seja, acho que esta Casa tem uma envergadura muito grande. Assim como outros poderes em outros Estados promovem reuniões para discussão, nós não podemos nos ausentar dessa discussão. Aí sim, uma vez criada a Comissão, vamos ouvir todos os partidos que têm seus representantes no Estado, podemos ouvir

a nossa Bancada Federal, até para orientar nossa Bancada Federal e podemos trazer para esta Casa o Relator da proposta que tramita no Congresso, o qual se coloca voluntário para visitar cada Estado para essa discussão. Já se colocou à disposição, está ouvindo vários segmentos. Quem acompanha os trabalhos no Congresso percebe que a Reforma Política é a pauta nº 01 no momento. Precisamos ouvir a OAB, os movimentos sociais, classe empresarial para definir quais as regras que queremos para o próximo pleito eleitoral. Discute-se a ampliação de mandatos, se discute dois anos de mandatos para o próximo Prefeito, se discute o fim da reeleição para Governador e Presidente, ou seja, são temas de grande relevância que nós não podemos nos ausentar. Então, nesse sentido, quero apresentar esse Requerimento, e pedir, de antemão, o apoio das mulheres. Há uma proposta colocada que não são 50% das cadeiras no legislativo que deverão ser compostos por mulheres, elas representam 51% do nosso eleitorado. Aqui, por exemplo, temos apenas três Deputadas, dentre os 24, mais de 50% do nosso eleitorado são mulheres e se nós observarmos direito, perguntaremos: será que a nossa juventude está sendo representada de fato no nosso Legislativo e as comodidades indígenas estão de fato representadas? Então, daí essa necessidade. Quero agradecer os apartes e contribuições e pedir o apoio. Eu sei que não é um assunto que agrada, às vezes, fere os nossos interesses, a gente prefere, até pelo fato de termos o mandato, ter uma estrutura maior de serviço prestado, de quem está lá fora, talvez isso nos atinja ao fazer uma discussão deste nível, “do jeito que está, está bom, eu tenho chance, minha chance é maior”. Mas se a gente não participar da discussão, alguém vai conduzi-la, vai direcionar e, talvez, não saia o resultado que queremos. Com certeza nós não queremos, não só no Brasil, mas também em Roraima, que o poder financeiro seja o marco decisivo no processo eleitoral. O eleitor fica refém. Quantos eleitores não conversaram com a gente durante a campanha, tentando aproveitar os três meses de campanha como uma oportunidade de emprego provisório ao invés de transformar seu voto num ato de cidadania para eleger seu representante. Boa parte do nosso eleitorado se deixa levar pela influência do candidato que possa contratá-lo para fazer campanha durante dois ou três meses. Aí elegem esses candidatos, mas, depois, não se sentem representados por aquele candidato. E, aquele candidato passa a ser vítima também por que teve que buscar recursos na mão de empresários, agiotas, empreiteiros para financiar sua campanha e é aí que se cria o círculo vicioso. Daí a importância de nós, enquanto homens públicos e parlamentares, em participar dessa discussão. Era isso, Senhor Presidente, e peço mais uma vez a contribuição de vossa excelência para que inclua no pacote desse Projeto de Decreto Legislativo a discussão em torno da Reforma Política. Obrigado.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Gostaria de dizer que nós até podemos tentar formar essa Comissão, muito embora essa Comissão não vá influenciar em absolutamente nada a posição do Congresso Nacional, porque essa medida é exclusiva do Congresso Nacional, da Câmara dos Deputados, que a questão da Reforma Política no Brasil e que já está em discussão há muito tempo. Entendo que podemos forçar, politicamente falando, a influência dos nossos representantes tanto na Câmara quanto no Senado, mas não sei até que ponto isso poderia repercutir diante do Congresso Nacional. Eu gostaria que Vossa Excelência analisasse bem a posição que vossa excelência colocou, para que a gente não crie uma Comissão que, simplesmente, vai ligar o nada a lugar nenhum. Aí vamos eleger os culpados, e os culpados geralmente são os nossos representantes que não têm nenhuma culpa, tampouco, grande influência no território brasileiro para tentar resolver esta questão tão polêmica que Vossa Excelência apresentou. Mas deixo a critério de Vossa Excelência. Gostaria, também, aproveitando a oportunidade, dizer aos Senhores Deputados que, hoje pela manhã, o Jornal “Folha de Boa Vista” publicou uma matéria de forma equivocada, por parte do repórter.

Ele esteve conosco em uma entrevista ontem, pela manhã, durante a assinatura do Termo de Cooperação Técnica do CINE Assembleia e outros termos que vamos assinar com as instituições de fiscalização e controle do Estado de Roraima. E sobre a questão do pagamento do mês de dezembro, segundo a fonte, o repórter publicou que o salário do mês de dezembro já estaria na conta, o que não é verdade. Mas, o que vamos fazer, na verdade, é pagar parceladamente os valores referentes ao salário do mês de dezembro que sabemos ser culpa da gestão passada, também não pode ser culpa da gestão que se inicia, mas nós avocamos a responsabilidade para quitar

o pagamento desses servidores. A partir deste mês, nós vamos parcelar esta dívida, já estamos fazendo isso desde janeiro. Pagamos os concursados, o que é direito dos Senhores Deputados, agora vamos pagar os servidores da Casa e, por último, os gabinetes dos Senhores Deputados. Então, quero comunicar que o jornal deve fazer uma retificação da matéria publicada hoje e deixar bem claro para a sociedade que vamos pagar de acordo com as condições orçamentárias que esta Casa tem. A Assembleia Legislativa não tem nenhuma condição de pagar de maneira integral os salários do mês de dezembro em uma folha, pois compromete nosso orçamento para este ano. Por essa razão é que tomamos a liberdade de parcelar de acordo com as condições financeiras da nossa instituição.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão Conjunta emita parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 012/15, que “Dispõe sobre a instituição do foro permanente de desenvolvimento participativo do Estado de Roraima e dá outras providências”, de autoria da Mesa Diretora.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, dou por reaberta a Sessão.

Convido o Deputado Coronel Chagas que tome assento à Primeira Secretaria.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 012/15.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) (Lido o Projeto de Decreto Legislativo nº 012/15; de autoria da Mesa Diretora, juntamente com o parecer do relator Jorge Everton).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Em discussão o Projeto de Decreto Legislativo nº 012/15.

O Senhor Deputado **Soldado Sampaio** – Eu quero parabenizar a Mesa pela iniciativa. Eu vim discutir o papel desta Casa. A gente não pode confundir nem abrir mão das nossas atribuições e deveres do Legislativo. Eu sou um defensor desse papel da Assembleia, de promover esses fóruns, da audiência e fazer visita *in loco*. E daí, nós estamos criando, através da Mesa, um mecanismo legal para isso acontecer.

Eu só queria manifestar meu apoio e, também, Senhor Presidente, pedir a Vossa Excelência que fosse apensado uma indicação minha feita à Mesa Diretora, criando as Sessões Itinerantes. Eu acho que está nesse caminho a decisão desse fórum. Já tem a questão da Assembleia Cidadã. Então, eu gostaria, até para não deixar minha indicação sem um rumo, que pudéssemos apensar essa indicação a esse Decreto Legislativo, criando o fórum permanente de debate. E daria, com certeza, para recepcionar as Sessões Itinerantes.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Sua solicitação já está aceita, Deputado Sampaio. Vossa Excelência, como um bom parlamentar desta Casa, já havia sinalizado a intenção de revitalizar, voltar à discussão dos debates da Assembleia Itinerante que passará a se chamar Assembleia Cidadã, que foi uma indicação proferida por Vossa Excelência. E essa indicação foi quem balizou para que nós fizéssemos esse fórum, mas também a Assembleia Cidadã. Portanto, está apensada a proposta de Vossa Excelência.

Não havendo mais quem queira discutir, colocamos em votação a matéria. A votação será pelo processo eletrônico.

Solicito a abertura do painel para a votação. Votando “sim”, os Deputados estarão aprovando o projeto e, votando “não”, estarão rejeitando a matéria.

Dou por aprovado, por 17 votos favoráveis, nenhum voto contra e nenhuma abstenção, o Projeto de Decreto Legislativo nº 012/15.

Quero comunicar aos Senhores Deputados que se encontra na Mesa um Requerimento do Presidente da Comissão dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente, do Idoso e da Ação Social, da Deputada Ângela Á. Portella, transferindo a sua solicitação de Audiência Pública para o dia 19 de maio, a partir das 10 horas da manhã, para discutir os direitos da família, da mulher, da criança, do adolescente, da Ação Social. E será também discutido tema sobre abuso, exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes do Estado de Roraima.

A Senhora Deputada **Ângela Á. Portella** pede Questão de Ordem – O dia 18 de maio é um marco no combate à exploração contra crianças e adolescentes, exploração sexual e tráfico de crianças e adolescentes. Nós vamos fazer uma Audiência Pública no dia 19 para discutir esse assunto.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Quero, também,

comunicar que esta presidência irá reconsiderar a posição deste parlamento com relação aos nomes do Senhor Braz Assis Benkel da ADERR. E, também, da Senhora Júlia América Vieira Campos para reitoria da UNIVIR, por uma única razão. Já existe um entendimento da base do Governo com a oposição para a tramitação de uma PEC, de autoria do Deputado Chico Guerra, pois a nossa Constituição Estadual não fala dos prazos. E aí, nós precisamos regulamentar isso, através de uma PEC. O Deputado Chico Guerra apresentou um projeto, através dessa PEC, que será votada na próxima terça-feira. Então, a partir da data da votação, todos os Presidentes de Fundação, de Autarquia que perderem os seus prazos não mais poderão ser apresentados a esta Casa durante o ano, bem como, os mesmos não poderão assumir, em caso de veto, nenhuma função gratificada em um desses locais ou nas fundações ou empresas, ou fundações e autarquias. Então, é uma posição que já está amplamente discutida nesta Casa. Foi um entendimento e, por conta da flexibilização da Mesa em relação a essa indicação, pelo fato da Constituição não falar a respeito disso, nós vamos reconsiderar, vamos abrir a comissão. Vamos colocar os membros e vamos, a partir da próxima semana, aprovar a PEC, que foi um acordo entre a bancada de situação e de oposição. Não é isso, Deputado Brito Bezerra?

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede Questão de Ordem. – Senhor Presidente, existe realmente um acordo, embora o Deputado Sampaio seja o relator dessa PEC, ele está estudando a possibilidade de apresentação de emendas para que, até terça-feira, sejam apresentadas e votadas.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – O Deputado Soldado Sampaio já até me informou a respeito de algumas emendas referente ao IPER, Deputado George, Vossa Excelência, como líder do bloco concorda?

Então, a comissão que irá sabatar a Senhora Júlia Vieira América é composta pelos Deputados: Lenir Rodrigues, Francisco Mozart, Zé Galeto, Brito Bezerra e Soldado Sampaio. Algum outro Deputado gostaria de participar dessa comissão?

Eu pergunto à equipe técnica se eu posso colocar sete membros. Então, vamos considerar o nome da Deputada Aurelina Medeiros e do Deputado Oleno. Deputado George, como Líder do Bloco, Vossa Excelência tem alguma objeção?

O Senhor Deputado **George Melo** pede Questão de Ordem- Está sendo observada a proporcionalidade?

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Não, a proporcionalidade não está sendo observada. O Deputado Brito teria que abdicar de seu nome e do nome do Deputado Sampaio. Algum problema, Deputado Brito e Deputado Sampaio, de Vossas Excelências abdicarem de seus nomes para que entre a Deputada Aurelina e Deputado Oleno na Comissão?

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede uma Questão de Ordem – Não há problema, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Então, nós vamos refazer a Comissão com o nome do Oleno e Deputada Aurelina.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Senhor Presidente, quero lembrar aos Deputados da Comissão de Saúde: Chico Mozart, Masamy Eda, Mecias de Jesus e a Lenir Rodrigues, esta hoje não se encontra, que logo mais, às 15 horas, como foi acordado na Comissão, na última reunião, faremos uma visita técnica à Secretaria Estadual de Saúde. Doutor Kalil já confirmou para às 15 horas de hoje na SESA. Obrigado!

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, eu gostaria de parabenizar a Deputada Lenir pela passagem de seu aniversário, hoje. Desejar-lhe muitos anos de vida. E gostaria também parabenizar o Deputado Valdenir, que esta semana também aniversariou.

O Senhor Deputado **Oleno Matos** – Senhor Presidente, quero também aproveitar a oportunidade para parabenizar a nossa colega Deputada Lenir, que além de Deputados, nós também somos defensores públicos afastados. E desejar-lhe toda sorte em nosso trabalho, muita saúde, muita paz. E, da mesma forma, do Deputado Valdenir que aniversariou antontem, desejando-lhe toda a felicidade.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** – Eu só gostaria de deixar aqui marcada a reunião da Comissão de Aviação, Transporte e Obra para a próxima terça-feira. Portanto, Deputado Odilon, Deputado Oleno, Deputada Ângela Á. Portella e Deputado Naldo da Loteria, terça-feira, dia 28, depois da Sessão, que todos os membros

se reúnam para tratar de assunto dessa comissão. Obrigado!

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Eu quero, antes de encerrar a Sessão, parabenizar a Deputada Lenir Rodrigues pela passagem de seu aniversário, desejando-lhe muito sucesso, juntamente, com toda a sua família. Agradecer essa convivência que temos aqui dentro desta Casa. E, também, quero parabenizar o Deputado Valdenir pela passagem de seu aniversário e antecipar os meus votos de felicitações ao servidor desta Casa Tuti Leno, que aniversaria sábado, completando 52 anos.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 28 de abril, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio e Zé Galeto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 28/04/2015

**ATA DA 2390ª SESSÃO, EM 28 DE ABRIL DE 2015.
49º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às nove horas do dia vinte e oito de abril de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trecentésima nonagésima Sessão Ordinária do quadragésimo nono período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Convido a Senhora Deputada Lenir Rodrigues para atuar como Segunda-Secretária *ad hoc*.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário, Deputado (**Coronel Chagas**) - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária proceder à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária (**Lenir Rodrigues**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) - O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

RECEBIDO DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 19, de 22/04/15, da Excelentíssima Senhora Governadora do Estado Suely Campos, que submete à apreciação e à arguição desta Augusta Casa Legislativa o nome do Senhor Elias Augusto de Lima Silva, indicado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Roraima – IPEM.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Projeto de Resolução Legislativa nº 005/2015, “que dispõe sobre reposição salarial dos servidores do Poder Legislativo Estadual para o exercício financeiro de 2015, nos termos do art. 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988 e dá outras providências.

Projeto de Leis/nº de 22/04/15, do Deputado Jânio Xingú, que considera o conjunto arquitetônico e a encenação da Paixão de Cristo, patrimônio Cultural Material e Imaterial do Estado de Roraima.

Indicação s/nº, de 16/04/15, do Deputado Francisco Mozart, solicitando ao Governo do Estado a adoção das medidas necessárias para a liberação de recursos financeiros de contrapartida do Estado, para as obras de construção da Casa da Mulher Brasileira.

Requerimentos/nº, de 22/04/15, do Deputado Soldado Sampaio, requerendo ao Plenário desta Casa Legislativa que seja constituída Comissão Especial Externa.

Indicação s/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, solicitando a conclusão da obra de construção das caixas d’água na Vila Martins Pereira e na sede do Município de Rorainópolis, região Sul do Estado.

Indicação s/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos, a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, solicitando a conclusão de reforma, em caráter de Urgência, da Escola Estadual Tenente João de Azevedo Cruz, na Vila Nova Colina, no Município de Rorainópolis, Região do Sul do Estado, e a contratação de pessoal de apoio, administrador educacional e coordenador pedagógico, bem como aquisição de 100 cadeiras e utensílios de Copa e Cozinha, para a referida Escola.

Indicação s/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, solicitando a reforma, em caráter de urgência, da estrutura física e do muro da Escola Estadual Leopoldo Campelo, no Distrito de Jundiá, região Sul do Estado, bem como reparos em sua rede de energia elétrica.

Indicação s/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, solicitando a reforma, em caráter de urgência, da estrutura física e reparos nas redes elétricas e hidráulica da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Fagundes Varela, na Vila Martins Pereira no Município de Rorainópolis, Região Sul do Estado.

Indicação s/nº de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos, encaminhando a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, solicitando a reforma, em caráter de urgência, e construção de banheiros adaptados para pessoas com deficiência nas Escolas Estaduais: Padre Eugênio Possamai, José de Alencar e Antônia Tavares, todas no município de Rorainópolis, região sul do Estado.

Indicação s/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, solicitando a conclusão de 10 km de asfalto na Vicinal 02, via principal do município de Rorainópolis.

Indicações/nº, de 27/04/15, do Deputado Oleno Matos a Excelentíssima Senhora Governadora do Estado, solicitando troca dos postes de madeiras por postes de concretos das vicinais de Rorainópolis.

DIVERSOS:

Oficimº 11, de 11/03/15, do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB, colocando à disposição desta Casa Legislativa as ações do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Programa Interlegis.

Ofício nº 001, de 15/04/15, da Associação Roraimense pela Diversidade Sexual de Roraima, comunicando que no dia 13/09/15 realizará a XIV Parada do Orgulho LGBT, na Praça Velia Coutinho – Complexo Ayrton Senna, a partir das 16h00minh, e solicitando uma reunião nesta Augusta Casa Legislativa, para apresentação do Projeto Parada do Orgulho LGBT/RR, no dia 15 de maio do corrente ano.

Oficimº 001, de 15/04/15, do Fórum Estadual de Educação de Roraima – FEERR, solicitando informações referentes ao posicionamento desta Casa em relação aos trâmites para aprovação do Projeto de Lei referente ao Plano Estadual de Educação de Roraima, encaminhado dia 18/12/14 a esta Augusta Casa.

Oficimº 002/15 – GP/RR, de 20/04/15, do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima – TRE/RR, em resposta ao Ofício nº 002/2015/GAB/PRES/ALE, informando a impossibilidade de comparecimento ao evento de assinatura do Termo de Cooperação Técnica, dia 22/04/15.

Oficimº 005, de 16/04/15, do Sindicato dos Profissionais de Enfermagem de Roraima – SINDPRER, comunicando Paralisação/Greve dos Trabalhadores de Enfermagem.

Oficimº 014, de 13/04/15, da Universidade Federal de Roraima –CAPSI- UFRR, solicita homologação do Processo/Criação da Lei nº 637, de 18/01/08, que autoriza o Governo do Estado a criar o Programa de Assistência Psicológica a Crianças e Adolescentes nas Escolas Estaduais.

Ofício Especialde 16/04/15, da Prefeitura Municipal de Caroebe, Prefeito Paulo Cesar Gomes Ortiz, solicitando cópia da legislação que criou a Hidrelétrica de Jatapu, bem como toda a documentação que acompanhou o pedido de criação, localizada no município de Caroebe e pertencente ao Estado de Roraima.

Ofício nº 12, de 16/04/15, do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Roraima – UFRR, Comissão

de Diretoria Provisória – DCE-UFRR, solicitando uma cópia do processo da Lei Estadual 363/03.

Ofícios/nº, de 15/04/15, do Sindicato dos Taxistas, Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários, Transportadores Rodoviários Autônomos e de Cargas e Passageiros do Estado de Roraima - SINTACAVERRR, solicitando especial atenção em liberar o Plenário Deputado Valério Magalhães, das 9h às 12h, no dia 01 de maio de 2015, Dia do Trabalhador, onde este sindicato realizará a posse da nova diretoria.

Carta s/nº, de 27/04/15, da Junta Comercial do Estado de Roraima – JUCERR, que vem denunciar, como segue em anexo.

Ofício nº 107, de 15/04/15, do Ministério Público de Roraima, Procuradoria – Geral de Justiça, informando os procedimentos administrativos nº 036/14 PA/PGJ e 043/14 PA/PGJ, cumprindo com o disposto no art.36, inciso v da Lei Complementar Federal 141/12.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) – Senhor Presidente, há dois oradores inscritos para o Grande Expediente: os Senhores Deputados Isaias Maia e Coronel Chagas.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** - Senhor Presidente, público aqui presente, quero lembrar às autoridades presentes e também ao povo em geral. Por que muitas vezes aborda-se um assunto e depois o mesmo é esquecido? E, continua tudo do mesmo jeito. Por isso, venho falar aqui da Tribuna, falo nos programas de televisão 40 Graus e no Barra Pesada, porque em minha opinião abordar um assunto e depois abandona-lo é melhor não falar coisa nenhuma. Então, enquanto Deus me der a minha voz e o raciocínio, eu vou cobrar das autoridades. Eu sempre disse que jamais iria subir numa tribuna para discutir aquilo que não é de interesse do povo. Então, só queria fazer um pedido às autoridades responsáveis, e a união de todos porque, no momento, o Estado e o município precisam unir. O assunto que me traz aqui, já falou uma vez e vou falar quantas vezes for preciso, é com relação aos loucos que perambulam pelas ruas e agredem as pessoas nas praças, que comem alimentos estragados. Acontece que os mais poderosos fecham os olhos quando passam por esses loucos, esquecem que um dia essas mesmas autoridades, os mesmos poderosos poderão ser agredidos por um louco desses, e que há muito tempo ninguém comenta e vão deixando para lá.

Gostaria de perguntar se está em andamento ou se está sendo feita alguma coisa realmente com relação aos drogados que perambulam que morrem e que estão se matando aos poucos. São dois assuntos que ouvimos, muita conversa e nenhuma ação imediata. Conversar não vai resolver o problema do drogado, engavetar, estudar, analisar, conversar com Deus, apesar dele está ali para abençoar, mas, se não fizermos coisa nenhuma, essa bênção vai custar um pouquinho. “Luta por ti que eu te ajudarei”, é bíblico. Então, eu gostaria de perguntar a qualquer autoridade aqui, qualquer parlamentar presente e depois, se for possível, dentro dos trâmites aqui da Assembleia, procurar informações para saber se existe algum trabalho sendo realizado por qualquer órgão tanto na capital quanto no interior. Um projeto pode surgir no interior e servir de exemplo para todo o País. Não é porque uma cidade é pequena que não tenha pessoas com capacidade para criar um projeto para ajudar as pessoas. Ouço muita conversa diariamente, e ouço mais ainda famílias que procuram a televisão me dizendo que seu filho está morrendo em virtude das drogas, e ninguém vê coisa nenhuma.

Então, eu queria saber não só dos parlamentares aqui presentes, mas das autoridades, de uma forma geral, se está sendo feita alguma coisa concreta com relação às drogas e aos loucos que estão perambulando pela cidade. Muita gente aqui não sabe, mas já houve muitas agressões na Praça Airton Senna, onde muitas pessoas vão tomar um sorvete e são agredidas por deficientes mentais. Isso está acontecendo! Estou somente pedindo aquilo que as pessoas me pedem diariamente na televisão. Muitas vezes a própria Guarda Municipal diz que é complicado, pois são muitas armas penduradas naquele restaurante que tem em frente a Rádio Roraima. Eu tenho imagens guardadas. Os caras chegam cedo, se escondem ali e quando a briga começa cada um corre para aquele mata para pegar sua arma e fazer arrastões na Praça Airton Senna, um lugar de laser da população.

Então, eu acho que com relação às galeras, deficientes

mentais, drogas, alguém tem que fazer alguma coisa. Mas é fazer! Não é dizer: “apresentei o projeto” e fica por isso mesmo. Tem que ter um acompanhamento, tem que verificar. Na hora que eu apresentar um projeto aqui, vocês podem ter a certeza que ele tem início, meio e fim. Dentro da lei, aquilo que puder ser feito vai ser feito.

Então, peço aos colegas pares e às autoridades em geral, porque eu sou um aprendiz na política. Aqui há pessoas com vários mandatos, e eu gostaria de fazer esse pedido com relação aos drogados que estão aí se acabando e que ninguém vê uma solução para ajudar as galeras que estão atacando e os doentes mentais. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar o nosso Presidente, Deputado Jalser, e em seu nome estender os cumprimentos a todos os demais colegas parlamentares, servidores dessa Casa, profissionais dos meios de comunicação, senhoras e senhores que nos acompanham nessa manhã.

O que nos faz ocupar a tribuna nesta manhã, Senhor Presidente, diz respeito à lesão dos direitos dos consumidores que está acontecendo no tocante à telefonia móvel.

Falo isso com toda certeza e bastante propriedade e conhecimento, em razão desta Casa já ter trabalhado sobre esse assunto da telefonia, através de uma CPI realizada aqui ainda ano de 2012, que fez um relatório aprofundado de todos os direitos que não são respeitados pelas operadoras de telefonia.

Mas agora vimos trazer ao conhecimento do plenário e de toda sociedade roraimense o posicionamento da Assembleia e do PROCON Assembleia sobre o bloqueio das operadoras de telefonia móvel após o término da franquia. O que vem a ser isso? A Associação Brasileira de PROCONS Brasil é uma entidade que representa os PROCONS de todo país. Em reunião nacional em Brasília, no dia 02 de dezembro de 2014, se posicionou de maneira veemente contrária às mudanças anunciadas e já implementadas pelas operadoras por considerá-las uma afronta aos direitos fundamentais. Posição esta reiterada em reunião com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, realizada em Brasília, oportunidade em que a Assembleia Legislativa foi representada pela PROCON da Assembleia, na pessoa do Doutor Lindomar Coutinho.

Desde o início do ano, os PROCONS de diversos Estados estão recebendo denúncias a respeito do bloqueio da internet após o término da franquia. Isso vem deixando os consumidores inconformados com a mudança repentina dos planos adquiridos, uma vez que foram previamente informados pelas operadoras e induzidos a acreditar que o acesso à internet pelos seus aparelhos móveis não seriam interrompidos e que haviam contratado uma conexão ilimitada de dados.

Em razão desses desrespeitos por parte das operadoras, os PROCONS de todo Brasil se uniram no dia 23 de abril e fizeram uma mobilização nacional contra essa oferta realizada pelas operadoras. Aqui no Estado de Roraima, eu solicitei ao diretor do PROCON Assembleia que entrasse em contato com a presidente da associação dos PROCONS informando apoio incondicional à causa. O PROCON Assembleia notificou todas as operadoras, solicitando informações sobre o porquê do bloqueio da internet após o término da franquia, e informou nas rádios, nos jornais impressos, redes e televisões. Ainda utilizou todas as redes sociais, informando o desrespeito das operadoras com os consumidores do nosso Estado e pedindo às pessoas que compartilhassem nas redes sociais.

Senhoras e Senhores Deputados, em virtude dessa campanha dos PROCONS e aí incluo o PROCON Assembleia, as operadoras solicitaram uma reunião com o Ministério das Comunicações e Ministério da Justiça, o que já ocorreu. As operadoras assinaram um termo de compromisso de que não iriam mais suspender a internet após o término das franquias e ainda iriam fazer uma campanha informativa a respeito de todos os planos de internet adquiridos pelos consumidores. Isso já foi uma conquista dos PROCONS, mas nós queremos que, após o término das franquias, a internet volte a ser reduzida e não bloqueada por completa.

São essas informações que trazemos do resultado do trabalho do PROCON em todo Brasil e particularmente aqui no Estado de Roraima, através do PROCON Assembleia, que tem sido um instrumento de cidadania à disposição de toda sociedade roraimense. Muito obrigado a todos e o nosso cordial bom-dia.

Senhor Presidente, eu gostaria de fazer um registro e dar

as boas vindas a todas essas pessoas que estão aqui acompanhando com bastante cuidado e angústia a tramitação da PEC 660, que se encontra neste momento nas mãos da Presidente da República para apreciação da votação que aconteceu no Congresso Nacional e aguardando a sanção presidencial. Sejam bem-vindos a esta Casa e podem ter certeza que todos os Deputados aqui presentes acompanham também com todo interesse, Senhor Presidente. Tenham certeza do apoio desta Casa.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Esta Presidência também se solidariza com esses futuros servidores, se assim for respeitada a vontade do Congresso Nacional. Entendemos que a ALE muito não pode fazer diante dessas circunstâncias, a não ser fazer sua parte. Quero dizer aos senhores e senhoras presentes neste Plenário que essa matéria é de interesse deste Parlamento, quando fica à disposição dos senhores Deputados Estaduais, uma vez que existem três Deputados Estaduais nesta Casa que são ligados diretamente ao aparelho policial. Temos aqui o Deputado Sampaio, o Deputado Coronel Chagas e o Deputado Jorge Everton. Existe um Ofício do Deputado Sampaio nesta Presidência, requerendo que seja criada uma Comissão Especial para analisar a proposta da Câmara Federal, visando à apresentação de um relatório sobre a reforma política. Gostaria de fazer um convite a Vossa Excelência para que, ao invés de criarmos essa Comissão de imediato, poderíamos esta semana, na quinta-feira, já que o Senador Romero Jucá estará no Estado e seria de bom tom, uma vez que o PMDB é a bola da vez no Congresso Nacional, todos os Deputados Estaduais desta Casa ir ao Senador Romero Jucá, juntamente com os demais Senadores e Deputados Federais, para que seja feita pressão junto às forças políticas do cenário nacional para que a Presidente Dilma não venha a vetar essa medida, que irá beneficiar tantos brasileiros e em especial os do Estado de Roraima. É uma maneira que o Poder Legislativo tem para que se faça isso não só em Roraima, mas, também, na sede do Distrito Federal, que é onde se reúnem essas situações. Quero apresentar a todas as pessoas que estão no Plenário nossa satisfação de tê-los aqui e nos solidarizarmos pelo momento e pela expectativa pela qual possa cada cidadão com a criação de uma nova fase das suas vidas, com a aprovação dessa PEC.

Anúncio para a pauta da Ordem do Dia: discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 013/15, que “institui, no âmbito do Estado de Roraima, a Semana de Combate e Prevenção ao Alcoolismo”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros; do Projeto de Lei nº 015/15, que “institui a Semana Estadual da Saúde do Coração”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio e do Projeto de Resolução Legislativa nº 005/2015, que “dispõe sobre reposição salarial aos servidores do Poder Legislativo Estadual para o exercício financeiro de 2015, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988, e dá outras providências”.

Suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão possa analisar dois projetos: o Projeto de Lei nº 013 e o Projeto de Lei nº 015, que “institui, no âmbito do Estado de Roraima, a Semana de Combate e Prevenção ao Alcoolismo”, de autoria da Deputada Aurelina Medeiros.

Reaberta a Sessão

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Havendo quórum regimental, dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Projeto de Lei nº 013/15.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** - Pede Questão de Ordem - Senhor Presidente, solicito que fosse dispensada a leitura do Projeto em virtude de ter sido lido na Comissão.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Aceito seu pedido verbal.

Em discussão o Projeto de Lei 013/15.

Não havendo quem queira discuti-lo, coloco-a em votação. A votação será pelo processo eletrônico: os Deputados que concordarem com o Projeto votam “sim” e os Deputados que votarem “não” rejeitam a matéria.

Solicito a liberação do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei 013/15 com 20 votos “sim”, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Projeto de Lei nº 015/15, que “institui a Semana Estadual da Saúde do Coração”, de autoria do Deputado Soldado Sampaio, bem como, o Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Projeto de Lei nº 015/15 e o Parecer).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Em discussão o Projeto de Lei nº 015/15.

Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo, coloco-a em votação. A votação será eletrônica: os Deputados que concordam votam “sim” e os Deputados que não concordam votam “não”.

Solicito ao técnico a liberação do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Lei 015/15 com 21 votos “sim”, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário para proceder à leitura do Projeto de Resolução Legislativa nº 005/15, que “dispõe sobre reposição salarial dos servidores do Poder Legislativo Estadual para o exercício financeiro de 2015, nos termos do artigo 37, inciso X, da Constituição Federal de 1988 e dá outras providências”.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Projeto de Resolução Legislativa nº 005/15).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Em discussão o Projeto de Resolução Legislativa nº 005/15.

Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será eletrônica: votando “sim”, os Deputados aprovam o Projeto e os Deputados que votarem “não” rejeitam a matéria.

Solicito a liberação do painel para votação.

Dou por aprovado o Projeto de Resolução Legislativa nº 005/15 com 21 votos favoráveis, nenhum contra e nenhuma abstenção.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 026/15, que requer ao Plenário desta Casa Legislativa que seja constituída Comissão Especial Externa para analisar propostas à Reforma Política, de autoria do Senhor Deputado Soldado Sampaio.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Naldo da Loteria**) – (Lido o Requerimento).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Em discussão o Requerimento.

Não havendo nenhum Deputado que queira discuti-lo, coloco-o em votação. A votação será simbólica: os Senhores que concordarem com o Requerimento permaneçam como estão.

Dou por aprovado por unanimidade dos Senhores Deputados presentes.

Gostaria de comunicar aos Senhores Deputados que, em seguida, teremos uma reunião na sala da Presidência com a presença de todos os Senhores Deputados. Todos já foram avisados anteriormente e estamos ratificando o convite para que os Senhores Deputados compareçam a uma reunião na sala da Presidência, assim que terminar a Sessão Ordinária.

Gostaria de registrar a presença do Josias Licata, que é um defensor da PEC, um guerreiro inatado todas as pessoas que se encontram neste Plenário. Parabéns pela sua atuação.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, também gostaria de parabenizar o Josias Licata, pois tenho acompanhado o trabalho dele, é um guerreiro.

Gostaria também de agradecer ao Presidente desta Casa por ter aceitado meu pedido de receber a Comissão após a Sessão Plenária, para que possamos debater sobre o que a Assembleia pode fazer para ajudar com relação a PEC.

Agradeço ao Presidente e gostaria de me colocar a disposição dessa Comissão que o Deputado Sampaio está criando para que eu possa acompanhar esse trabalho.

Quero convidar os membros da nossa Comissão de Administração, Serviços Públicos e Segurança para uma reunião hoje, às 15h, para ouvir o Vice-Presidente da Junta Comercial, Senhor Ubirajara Riz Rodrigues, referente às denúncias que chegaram sobre a Junta Comercial.

Inclusive, hoje, Senhor Presidente, recebi mais uma denúncia de que, mesmo ele tendo sido sabatinado, mesmo o nome dele sendo rejeitado, ele continua exercendo a Presidência da Junta Comercial. É uma afronta ao Poder Legislativo se isso se confirmar. Se isso for verdade, eu solicito que esta Casa tome as providências legais com relação a mais esse abuso feito pela Senhora Governadora.

O Senhor Deputado **Evangelista Siqueira** – Só quero convidar e deixar registrado o II Seminário de Educação do Campo,

com o tema Construção Coletiva de Política de Educação do Campo em Busca da Ampliação e Consolidação da Luta no Estado de Roraima. Vai acontecer nos dias 29 e 30 de abril e 1º de maio, na FETAG, na Rua N20, nº 137, no Bairro Sílvio Botelho. Quero registrar a importância desse evento e reforçar o convite a todos.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Senhor Presidente, quero convidar os Senhores Deputados Masamy Eda, Francisco Mozart, Evangelista Siqueira e Mecias de Jesus para uma reunião amanhã, às 15h, com o Secretário de Saúde e o Sindicato dos Trabalhadores em Enfermagem. Será uma reunião técnica de intermediação dos problemas apresentados pelo referido sindicato.

A Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Gostaria de agradecer a Moção de Pesar feita por esta Casa, com apoio de todos os Parlamentares e, em especial, ao autor dessa Moção, Deputado Izaías Maia, pelo falecimento da minha mãe, ocorrido no Estado do Ceará. Quero agradecer a todos, de coração, pela lembrança e pelo apoio. Muito obrigada.

O Senhor Deputado **Masamy Eda** – Senhor Presidente, só para comunicar a esta Casa que a reunião da Comissão de Viação, Transporte e Obras, que seria realizada após esta Sessão, em virtude da reunião que ocorrerá na presidência, gostaria que fosse remarcada para as 15:00h, com os Deputados Odilon Filho, Oleno Matos, Ângela Á. Portella e Naldo da Loteria.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Quero me reportar à fala inicial proferida pelo Deputado Jorge Everton e, realmente, dizer aqui à liderança do Governo que esta Casa tem flexibilizado algumas ações diante do Governo Estadual por entendermos o momento pelo que passa o Estado e pela posição da Senhora Governadora que, muito embora seja esposa de um homem experiente, entendemos que ela precisa do tempo necessário para que possa apresentar um modelo de gestão diante do Estado, e a Assembleia Legislativa tem sido flexível em não querer contrapor ou constrear nenhuma gestão. Agora, o que nós não vamos admitir, em nenhuma hipótese, é o Poder Legislativo ser desmoralizado. O Doutor Ubirajara não pode estar à frente da Junta Comercial, ele não pode estar respondendo pela Casa. Existe uma PEC que está em tramitação e está sobre a tutela do Deputado Sampaio. Esta PEC precisa ser analisada o mais rápido possível, porque a nossa Constituição não fala sobre a questão da perda dos prazos e isso acaba deixando o Poder Legislativo em uma questão de constrangimento, porque você rejeita o nome de um cidadão ou cidadã e esse cidadão ou cidadã é convidado para a mesma pasta para ocupar um cargo de vice-diretor. Isso é uma afronta à Constituição Estadual. Nós não temos o número exato para fazermos a votação da PEC, mas estamos pedindo à liderança do governo que se manifeste ou então emita um parecer contrário à PEC, de autoria do Deputado Chico Guerra, para que a gente possa normatizar essa questão, sob pena de a Assembleia Legislativa ficar numa situação de constrangimento. E aí nós vamos ser obrigados de tomar medidas antipáticas porque o Poder Legislativo tem autonomia para fazer. Por essa razão é que eu gostaria de pedir a compreensão da liderança do Governo e conversasse com a Chefe do Poder Executivo para que a gente não fique numa situação de constrangimento. Estamos entendendo, mas até a flexibilização tem limite. Nós precisamos que o Governo respeite a posição da Assembleia Legislativa. O Poder Legislativo, diante da inércia da nossa Constituição, aprovamos e internalizamos o nome da Senhora Júlia América e criamos uma comissão. Também vamos colocar em sabatina o nome do Senhor Presidente da ADERR. Criamos a Comissão que vai analisar o nome do Senhor que foi escolhido para ser presidente do IPem. E agora, nós estamos diante de uma situação que já foi definida no plenário, e o Senhor Ubirajara não pode ser escolhido dentro da Junta Comercial. Eu só gostaria dessa flexibilização da liderança do Governo.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, primeiro eu quero dizer para Vossa Excelência que entendo a vossa preocupação, mas o Poder Executivo não quer constrear o Poder Legislativo, de modo algum. O que queremos é uma convivência pacífica e harmônica, como tem sido sempre defendido por mim aqui nesta Casa Legislativa. A questão do Senhor Ubirajara, ele não é vice-presidente da Junta Comercial. E aí ele pode assumir a presidência diante da vacância do cargo de presidente. Essa denúncia, Deputado Jorge Everton, precisa ser analisada para saber se realmente é verídica. A Assembleia Legislativa tem sim que ser respeitada. Eu digo a Vossa Excelência que o Governo do Estado respeita esta Casa Legislativa e os nobres

Parlamentares, assim como também defendo o posicionamento do Poder Executivo.

Quanto à questão da PEC, o Deputado está na relatoria, e estamos trabalhando com algumas propostas para apresentar emendas para Vossa Excelência e para os Deputados, para que nós, em consenso, possamos votar uma PEC que fortaleça o Poder Legislativo e que também, de forma alguma, possa constrear ou trazer prejuízos do Poder Executivo. É sempre a harmonia dos poderes que tem que prevalecer. Mas em breve nós teremos um diálogo com o Executivo, ainda esta semana, para que possamos definir as alterações da PEC, e Vossa Excelência, junto com a Mesa Diretora, colocar em pauta, em harmonia com os líderes dos blocos parlamentares aqui na Assembleia Legislativa.

O Senhor Deputado **Naldo da Loteria** – Senhor Presidente, só lembrando, que quando formos fazer a mudança dessa PEC, deixar bem claro que o nome, que for rejeitado pelo Poder Legislativo, jamais poderá assumir o cargo de vice, porque o vice, automaticamente, vai assumir o cargo de presidente. O Presidente da Junta Comercial foi exonerado ele assumiu efetivamente porque não tem presidente. Então, a gente tem que fazer as mudanças na PEC para que fique bem clara e seja cumprida. É isso, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Eu gostaria de informar aos Senhores Deputados que nós iniciamos há aproximadamente 10 dias, uma campanha de arrecadação de livros promovida pela Assembleia Legislativa em alusão ao Dia Mundial do Livro, celebrado em 23 de abril. A idéia, com essa iniciativa era incentivar a leitura e promover o acesso de jovens e adultos. Há livros diversos com todos os seus temas. Os livros serão doados para o Clube dos Livros, um projeto desenvolvido por José Oliveira Filho desde 2009, com sede no terminal do Caimbé, funcionando das oito às dezoito horas, de domingo a domingo. O Clube dos Livros tem 227 pessoas cadastradas. O projeto recebe visita de estudantes não só de Boa Vista como também de outros Municípios, como Cantá, Mucajai, Amajari, Caracarái e outros. Por esta razão, gostaria de convidar aqui o Senhor José Oliveira Filho, para, em um ato simbólico, a Assembleia Legislativa entregar 1.255 livros para o Clube dos Livros, que foram doados pela população do Estado de Roraima, entre eles, Deputados, parentes, amigos, companheiros, população de um modo em geral, que todos os dias visitaram esta Casa para doar seus livros.

Então, esta Casa agradece o empenho de todos os senhores Deputados, bem como, a sociedade roraimense e num ato solene registra e convida a Senhora Deputada Lenir Rodrigues para fazer a entrega dos livros ao Senhor José Oliveira Filho.

E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 29 de abril, à hora regimental.

Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiago Coelho, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Jalser Renier, Jânio Xingú, Jorge Everton, Lenir Rodrigues, Marcelo Cabral, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio, Valdenir Ferreira e Zé Galeto.**

Ata Sucinta Aprovada em: 29/04/2015

**ATA DA 2391ª SESSÃO, EM 29 DE ABRIL DE 2015.
49º PERÍODO LEGISLATIVO DA 7ª LEGISLATURA.**

= ORDINÁRIA =

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JALSER RENIER

Às nove horas do dia vinte e nove de abril de dois mil e quinze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima trezentésima nonagésima primeira Sessão Ordinária do quadragésimo nono período legislativo da sétima legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Convido a Senhora Deputada Lenir Rodrigues para atuar como Segunda-Secretária *ad hoc*.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) - Senhor Presidente, há quórum regimental.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) - Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito à Senhora Segunda-Secretária proceder à leitura

da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Segunda-Secretária (**Lenir Rodrigues**) – (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) - O Expediente consta do seguinte, Senhor Presidente:

DIVERSOS:

Ofício nº 152, de 28/04/15, do Tribunal Regional Eleitoral de Roraima – TRE/RR, solicitando a presença do Presidente desta Augusta Casa, no dia 29 de abril de 2015, às 11h, naquele órgão.

Ofício nº 087, de 16/04/2015, do Tribunal de Contas do Estado de Roraima – TCE/RR, encaminhando Prestação de Contas referente ao exercício de 2014.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) – Senhor Presidente, era o que constava no Expediente.

O Senhor Presidente (**Jalser Renier**) – Solicito ao Senhor Primeiro-Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro-Secretário (**Coronel Chagas**) – Senhor Presidente, temos três oradores inscritos para o Grande Expediente. Os Senhores Deputados Izaías Maia, Brito Bezerra e Gabriel Picanço.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** – Senhor Presidente, povo aqui presente, meu bom-dia, saúde para todos e que Deus nos abençoe.

A minha fala hoje é curta e uma pergunta que eu faço é direcionada ao meu querido Deputado Brito Bezerra, que é o representante do Governo do Estado de Roraima.

Samaúma, Vilena, Malacacheta e outras tantas localidades neste Estado podem ficar, a qualquer momento, ilhados e isolados por causa das pontes destruídas.

Sabemos das dificuldades porque passa o Governo do Estado de Roraima, aparentemente sem recursos, mas o povo está pedindo e perguntando: existe no governo do Estado algum trabalho, alguma decisão, alguma determinação, algum projeto voltado para a reforma ou reconstrução das pontes que estão quebradas no nosso Estado e que oferecem riscos às pessoas que por ali passam e que oferecem risco, principalmente, para os carros escolares quando estão funcionando? Eu recebi imagem do Samaúma, Malacacheta, Vila Vilena onde a situação é de desespero. Praticamente essas pontes não oferecem condições de trafegabilidade e, a qualquer momento, uma tragédia pode acontecer. Eu não sei se o nobre Parlamentar representante do governo, Deputado Brito Bezerra, tem ou se poderia dar uma informação se existe um trabalho voltado para resolver esse problema nesse início de governo na atual gestão?

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Bom-dia nobre Deputado Izaías Maia. É pertinente a reclamação de Vossa Excelência e quero inclusive que o Senhor encaminhe aqui para a Mesa Diretora e a Mesa faça esse encaminhamento para o Governo do Estado das indicações dessas pontes. Estamos recebendo várias indicações de parlamentares, de representantes de municípios, Vereadores e Prefeitos, mas essas podem não estar contidas nessas indicações que foram feitas pelos prefeitos e vereadores. A Governadora está encaminhando todas essas indicações para o Secretário de Infraestrutura, Flamarion Portela. Ele está indo visitar pessoalmente, com uma equipe, essas localidades e aí serão priorizadas aquelas que realmente estiverem com a necessidade da recuperação urgente. São mais de quatro mil pontes que estão passando por essas necessidades de reformas, mas o Governo do Estado está priorizando as que realmente estão na eminência de deixar as pessoas, como disse Vossa Excelência, ilhada, sem trafegabilidade.

Então, Vossa Excelência pode preparar as indicações e encaminhar à Mesa Diretora, que encaminhará para o Governo. Nós daremos retorno a Vossa Excelência de como será efetuado esse cronograma de recuperação de pontes.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Deputado Brito, já tem uma equipe trabalhando nessas áreas?

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Já. Inclusive no Uiramutã foi feita quase que na sua totalidade a recuperação das pontes.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Muito obrigado.

Era só isso, Senhor Presidente.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Masamy Eda** – Deputado, quero lhe parabenizar pela sua preocupação e dizer a Vossa Excelência que até o dia 11 esta Casa vai convidar o Secretário de Infraestrutura, Flamarion Portela, dentro da Comissão de Obras, para que ele realmente possa dar uma explicação desse período chuvoso que se aproxima. Vossa Excelência está convidado, vou formalizar o convite e gostaríamos que Vossa Excelência fizesse parte.

O Senhor Deputado **Izaías Maia** continua – Obrigado, Deputado Masamy, só completando a preocupação, é porque eu conversei com as pessoas que moram nas localidades e elas me dizem, não estou falando desse governo, mas elas colocam: “Izaías, é muita conversa e nenhuma decisão, nenhuma realização”. Por isso, eu perguntei ao nobre Deputado Brito Bezerra, se já há equipes trabalhando e priorizando aqueles que enfrentam grandes dificuldades.

A gente confia na sua palavra. Vou encaminhar à Mesa Diretora para que encaminhe para o Senhor e espero que seja resolvido antes que o inverno forte chegue, porque sem o inverno o negócio não está de brincadeira, e com o inverno forte chegando o isolamento será total. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, imprensa, colaboradores da Casa, amigos aqui presentes prestigiando esta Sessão. Meu cordial bom-dia.

Há pouco passei ali próximo ao nosso bravo Deputado Jorge Everton e falei: estou indo à tribuna dar boas notícias. Eu adoro dar boas notícias e gostaria que todos nós estivéssemos sempre aqui na tribuna desta Casa para trazer boas novas para o povo do nosso Estado, que, merecidamente, espera as boas notícias, e entendo as reclamações dos nobres Parlamentares e as críticas, desde que construtivas. É claro e entendo que a grande maioria são críticas construtivas. Agora, trouxe há pouco o Deputado Izaías Maia e nós já estamos trabalhando na recuperação das pontes e vamos recuperar essas pontes, porque no papel, Deputada Aurelina, o governo anterior recuperou todas e os pseudo-empresários que prestavam serviços para o governo anterior receberam os recursos da recuperação dessas pontes. Agora, os próprios aliados do governo estão vendo que nenhuma ponte foi recuperada. Na recuperação de pontes houve o embolsamento dos recursos, mas a auditoria está trabalhando nisso, vamos denunciar e vão ser penalizados os que usufruíram de forma ilegal dos recursos públicos.

Mas o que me traz aqui é uma boa notícia: o Crédito Social. Nós recebemos, o governo do povo da Governadora Suely Campos, várias críticas no início do ano por conta do crédito social, Deputada Aurelina. Vi aqui Deputados cobrando o Crédito Social, falando que nós tínhamos dado um calote naquelas pessoas que mais precisavam, enfim, criticaram de várias formas, mas o que o governo fez o anunciado desde o primeiro dia de Sessão Solene, que iria ser feito uma auditoria no Crédito Social, que é um programa que traz benefícios às pessoas de baixa renda. Havia quase 50 mil famílias neste Estado recebendo o Crédito Social, e eu sempre dizia aqui, Deputada Aurelina, Deputado Jalser Renier, Vossas Excelências façam essa reflexão. A imprensa já fez comigo essa reflexão: 50 mil famílias recebendo Crédito Social vezes quatro, seria uma média de quatro pessoas por família, seriam duzentas mil pessoas no nosso Estado que estariam abaixo da linha de pobreza, ou seja, em extrema miséria. Num Estado de 500 mil habitantes ficariam apenas trezentos mil pessoas que teriam dignidade. O governo assinava embaixo e o Estado vivia em extrema miséria, ou seja, o governo que não conseguia gerir a economia e duzentas mil pessoas viviam em estado de extrema pobreza. Quando fizemos esse novo recadastramento, onde foi realizada uma auditoria pela Controladoria Geral do Estado, foi visto que realmente não mereciam receber essas 9 mil pessoas. Vinte e quatro mil pessoas não atendem o programa, ou seja, 24 mil pessoas dessas quarenta mil, Deputada Aurelina, ficaram de fora. Pessoas que recebiam até sete mil reais de salários estavam inseridas nesse programa, quando certamente famílias que mereciam receber não estavam.

E a boa notícia é que hoje o crédito do povo está sendo depositado na conta daqueles que realmente merece ser beneficiados pelo Crédito Social, e mais, está sendo pago o mês de abril e o mês de janeiro, ou seja, quero dizer que o governo passado passou onze meses para pagar o Crédito Social e quando reiniciou não pagou nenhum mês retroativo.

O nosso passou três meses, fez o recadastramento, tornou legal, mudou o nome para Crédito do Povo e já está pagando agora o mês de abril e o retroativo do mês de janeiro. Isso que é trabalhar sério, isso que é trabalhar pelo povo do nosso Estado. Então, essa é

uma notícia boa. Ontem, já foi depositado e hoje já está na conta das pessoas beneficiadas. São 6 milhões de reais que entram para aquecer o mercado local, para aquecer a economia do nosso Estado.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Só quero complementar, quando Vossa Excelência fala em 24 mil pessoas, significa que foram 24 mil famílias, e esclarecer que essas famílias não foram cortadas do Crédito Social, uma vez que 95% delas sequer apareceram para se recadastrarem. O porquê a gente não sabe, mas as pessoas não apareceram para fazer o recadastramento.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – São 25 mil famílias que estão nesse programa, de maneira justa!

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Oleno Matos** – Só para complementar: é importante frisar que o Crédito do Povo, diferentemente dos que antecederam, finalmente vai obedecer critérios atualizados. As pessoas que porventura alterarem sua condição de vida por desemprego ou outro infortúnio, poderão buscar o cadastramento, através da Secretaria, e passar a ter o direito de receber o crédito do povo. Eu quero parabenizar o Governo do Estado, na pessoa da Governadora, pelo cumprimento de uma dívida de campanha, e, principalmente por respeitar o povo. O que mais me deixa alegre não é apenas o pagamento, mas saber que nós vamos poder encaminhar, dentro das ações, como da Defensoria, as pessoas que se encontram em situação difícil, para buscar o resgate, uma situação melhor na vida.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua - Essa distribuição de renda feita pela Governadora Suely, através da SETRABES, resgata a dignidade daqueles que realmente precisam desse mínimo existencial para sua dignidade. Está de parabéns a Secretária do Trabalho e Bem-Estar Social, a Doutora Emília e a nossa Governadora Suely. Mas, Senhoras e Senhores Deputados, as boas notícias não ficam só por aí não.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio** - Quero fazer um aparte antes de Vossa Excelência entrar no outro assunto, pois o meu diz respeito ao Crédito Social. Foi um gesto de responsabilidade, assim como todos os gestos do Governo, que foi suspender o Crédito Social para identificar realmente quem era merecedor dele. A finalidade, como sabemos, do crédito social e da bolsa família é uma ajuda de maneira transitória para estender a mão àquelas pessoas que estão na linha abaixo da pobreza. Esse é o cunho! E a Secretária fez isso de forma muito rápida. Constatou que pouco mais de 50% teria direito de receber o vale. Como falou a Deputada Aurelina, o restante, as 25 mil famílias que foram cortadas, na sua maioria, sequer apareceram para pleitear o recadastramento, ou seja, as pessoas se aproveitaram de um momento em que o Governo fragilizou os critérios ou direcionou os critérios de forma tendenciosa em um período eleitoral. Inclusive, vão pagar o retroativo, rebatendo muitas críticas que foram colocadas naquele momento, mas estão sendo pagos um mês atrasado e o atual. Estive com a Secretária do SETRABES e ela foi muito simpática. Dias atrás eu fiz uma indicação para transformarmos essa política de apoio às famílias abaixo da linha da pobreza em uma política de Estado, para não ficar cada governo fazendo de sua forma. Mas entendo que essa política tem que ser algo transitório para ajudar aquelas famílias a saírem da margem da pobreza, e para isso precisamos criar políticas públicas efetivas de inclusão social. E nós apresentamos uma proposta que além do Crédito do Povo seja estendido a essas famílias cursos de capacitação em parceria com o Sistema S, com as universidades, ou seja, criar um cadastro de emprego para essas pessoas. Não só dando aquele crédito mensal, mas criando oportunidade. A Secretária gostou muito da idéia e está avaliando. Acredito que nos próximos meses ou no próximo ano a gente possa implementar isso. Está de parabéns a Secretária do SETRABES e o Governo do Estado e, com certeza, quem ganha é o povo do nosso Estado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra**, continua – Obrigado, Deputado Sampaio. Como disse a nobre Deputada Aurelina, não foram cortadas 25 mil famílias; essas pessoas que recebiam de forma indevida, elas não compareceram para fazer o recadastramento por não preencherem os requisitos, ou seja, deixou de ser um mero assistencialista, um programa politiquês e passou a ser um programa de distribuição de renda.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** - Quero parabenizar o Governo por essa preocupação, mas acho que isso é construído por seres humanos e, por mais que haja critérios, vai haver sempre injustiça. Tenho certeza que o próximo governo vai dizer que 80% também é indevido, e não é que a Secretária é desonesta, que o povo quer burlar isso. Tanto é que mais de 15 milhões tentam

enganar a previdência. Então, não é o Governo passado, são todos os Governos. Este também vai sofrer com isso na próxima gestão. Quanto ao pagamento das pessoas, eu acho que já houve uma contenção de despesa, 50% já ficaram nos cofres, então, eu acho que os dois meses atrasados poderiam ser pago agora também. Eu gostaria que o Governo tivesse sensibilidade e pagasse também os meses atrasados porque a gente sabe que quem precisa está devendo na taberna, porque ninguém se programa para comer daqui a 4 meses. Você se programa para comer hoje, mas tem que comer amanhã também. Muitas dessas famílias estão passando fome. Tenho visitado pessoas e sei que este Governo vai ser sensível às pessoas. Eu quero deixar registrado esta solicitação de capacitação das pessoas beneficiadas pelo programa. Como disse também o Deputado Sampaio, eu acho brilhante a idéia de capacitar essas pessoas, mas eu entendo que as necessidades básicas, que é o alimento, tem que ter todos os dias. Eu tenho certeza que este Governo vai se sensibilizar e digo mais, com essa contenção de emprego que houve no nosso Estado, vai triplicar a quantidade de pessoas que vão procurar esse benefício, e o governo vai ter uma certa dificuldade para fazer essa triagem. Eu torço que seja feita dentro do maior critério possível porque nós vamos estar atentos, caso sejam beneficiadas pessoas que não precisam. Parabéns pela sua fala, mas quero deixar registrado que 50% do dinheiro repassado mensalmente foi contido. Então esses meses atrasados podem ser, dentro de um curto espaço de tempo, sanados. Gostaria que Vossa Excelência levasse essa solicitação à Secretária.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Obrigado, Deputado George Melo. Quero dizer para Vossa Excelência que o seu pedido já está sendo atendido, pois será pago um mês dentro e um anterior e, em três meses, o governo quitará todo o débito. Estava dizendo a Vossa Excelência que as boas notícias não param por aí, pois muito foi discutido quanto ao pagamento dos empresários que fazem o transporte escolar neste Estado, que estavam atrasados resquícios de 2012, 2013 e grande parte do ano de 2014. O Governo do Estado ontem efetuou o pagamento. Foram 4 milhões de reais que foram pagos para esses empresários, que deveriam ter recebido esses valores em 2012, 2013 e 2014, porém o governo anterior não pagou, inclusive, cancelou essas notas e nós encontramos uma maneira legal para que esses empresários não ficassem no prejuízo e pudessem retornar ao trabalho, levando os alunos às escolas e fazendo a educação funcionar. O Governo do Estado injetou 5 milhões de reais também para o pagamento do transporte escolar. Concedo um aparte ao Deputado Jorge Everton.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, meu amigo Deputado Brito, é a primeira vez em quatro meses que vejo seu semblante de alegria, parabéns. Fico feliz porque, após 4 meses o Governo conseguiu fazer alguma coisa que preste, porque até agora as ações da Governadora estavam deixando a desejar. Mas o Senhor está fazendo um milagre, tirando leite de pedra. Tenho certeza que o Senhor quer a felicidade do povo de Roraima. Eu vi que o governo mudou de forma eleitoreira o nome do programa e vou aproveitar, já que mudou o nome e está fazendo economia de 24 mil famílias que não irão receber, eu acho que dá até para a Governadora dobrar o valor, já que deixará de pagar 24 mil famílias. Parabéns, fico feliz pela notícia! O povo de Roraima merece respeito e tenho certeza que o Senhor pensa da mesma forma. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Deputado Jorge Everton, quero dizer para Vossa Excelência que, na realidade, a vontade do nosso governo é de que todas as pessoas que recebam o Crédito do Povo tenham dignidade e provenham o próprio salário. Nós vamos injetar recursos para fortalecer a economia e para que essas pessoas tenham acesso ao emprego, a renda. Por isso a indicação do Deputado Soldado Sampaio, elogiada pelo Líder do Bloco, de ter um complemento que seria algo que os torne capacitados a prover o próprio orçamento familiar. Os investimentos serão feitos para que essas pessoas adquiram a sua dignidade e não dependam tanto, contem esse laço umbilical, que é o desejo da grande maioria da classe política, que é a ligação direta através do assistencialismo a essa camada que mais necessita. Nós queremos cortar esses laços, tornando essas pessoas independentes financeiramente e tendo educação, saúde e emprego. Concedo um aparte à Senhora Deputada Aurelina Medeiros.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Senhor Deputado, eu queria dizer que na campanha da Prefeita Teresa ela dizia que no primeiro ano, iria para o fundo do poço e foi. Demitiu, cortou, mudou programas e hoje está aí: conseguiu arrumar a prefeitura. E acho que essa mesma linha a Governadora está seguindo

também, diante do que a prefeita fez quando assumiu a prefeitura, teve esse comportamento para ajustar o Estado de Roraima. E não foi só essa a ação da Governadora Suely, porque só de encargos para tirar o Estado do CADIN, nos três primeiros meses, ela pagou quase o FPE inteiro. Isso não é mérito são dívidas do Estado, mas são comportamentos governamentais iguais aos que aconteceram com a nossa Prefeita.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Coronel Chagas** – Deputado Brito, eu quero apenas me referir ao seu pronunciamento no tocante ao que trouxemos ao plenário, não só eu, mas também a Deputada Lenir, que é a nossa preocupação com os empresários do transporte escolar que estavam tendo dificuldades para seguir com seus contratos, que é levar as crianças para a escola. Eles tinham pendências em aberto do governo passado, porque a Secretaria da Fazenda equivocadamente anulou notas de empenho liquidadas no final de governo, o que não é permitido pela legislação. O problema caiu nas mãos do atual governo e, no momento que trouxemos para cá, Vossa Excelência se prontificou e levou o problema. E, em poucos dias, encontraram uma solução. Apesar de fazermos parte de blocos diferentes aqui, mas há de se fazer justiça quando acontece uma coisa positiva como essa. Boa parte dos empresários já receberam o que estava pendente de 2014, mas tem ainda uns 20% do montante da dívida que são dívidas de fonte 101, mas temos notícia, também, que o governo está se empenhando no sentido de efetuar o pagamento. Esse recurso, com certeza, vai dar um pouco de oxigênio para que esses empresários consigam continuar com o trabalho, até que as faturas deste ano comecem a serem pagas. Então, parabéns pela sua atuação no tocante a esse episódio.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Concedo um aparte para o Deputado Francisco Mozart.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Francisco Mozart** – Quero parabenizar o Deputado Brito Bezerra por esse belo trabalho que faz como Líder do Governo, procurando sempre a melhor maneira para resolver as questões ligadas ao Estado. Eu queria pedir a Vossa Excelência que intercedesse junto ao governo com relação aos bolsistas universitários, pois sabemos que desde 2009 foram contratadas 3.000 bolsas e nunca mais se falou em bolsas universitárias. Sem contar que há dívidas com as instituições e muitos deixaram de estudar por conta desse atraso. Gostaria que Vossa Excelência fizesse esse resgate, porque muitos alunos estão em casa, não porque querem, mas por falta de oportunidade.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Solicito que Vossa Excelência faça um levantamento junto às universidades, eu já tenho um levantamento do governo, para que possamos trabalhar junto à Governadora, Vossa Excelência representando essas universidades e universitários para que eles possam continuar tendo acesso às bolsas universitárias. Também é um desejo e compromisso do nosso governo.

Gostaria de trazer aqui uma boa notícia para aqueles que trabalham no campo. A lei 215, que foi criada no Governo Neudo Campos e no governo anterior foi tirada a isenção de ICMS do combustível, imposto cobrado pelo Estado, e o produtor teria que pagar o preço cheio. Isso foi convalidado novamente na última reunião do CONFAZ e nós vamos, por Decreto, a isentá-los do ICMS, também, para que o produtor rural, aqueles que trabalham no campo, tenham a isenção do combustível, ou seja, é uma maneira de tentarmos igualar o custo de produção de outros Estados da Federação com o custo de produção aqui do nosso Estado, tendo em vista que os insumos e a mão-de-obra são bem mais caros. Então, esse é um benefício que é dado pelo Governo do Estado, através do CONFAZ, através da Secretaria de Estado da Fazenda, e essa, também, é uma boa notícia deste Governo, pois o Governo anterior havia cortado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Marcelo Cabral** – Tenho ouvido atentamente o discurso de Vossa Excelência, essa chuva de boas notícias. Quero só lembrá-lo que estamos em um verão danado e que a Lei nº 215 sempre esteve em vigor, e os produtores rurais sempre tiveram esse benefício no Governo do Anchieta, pois essa é uma lei importantíssima para o Estado, para quem produz, para quem está no campo e necessita desse apoio, que é essencial. Na Legislatura passada, o senhor brigou por isso, o Anchieta revalidou, mas só que essa lei não é mais ampla, só para o diesel, tem que ser para o arame, para o ferro, para tudo o que for preciso e só tem um porém, está em vigor a lei, só que os comerciantes não estão aceitando a Lei nº 215, ainda, nem a Brasferro, nem o Posto Trevo. Sei dessas informações porque as pessoas me procuram, vão atrás e sabemos que essa lei é importante. Acho que Vossa Excelência deva mesmo entrar nessa briga, como Líder do Governo, para tentar normalizar, pois imaginem

o produtor que vem lá do interior e tem esse benefício da Lei nº 215, e chega com a declaração lá na Brasferro, por exemplo, e o vendedor diz que não tem como dar o desconto. Isso fica chato para o produtor. Quero dizer para vocês que esta lei sempre esteve em vigor, inclusive na gestão do Governo do Anchieta, durante todos os anos e fortaleceu e fomentou o comércio do setor primário. Quero dizer que ainda não vi essa chuva, mas quem sabe vai chegar. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** continua – Vossa Excelência não recebeu a chuva porque Vossa Excelência não recebe o crédito social, pois quem vai receber, certamente, está muito feliz. A Lei nº 215 é de 2008, do Governo Neudo Campos, e agora foi validada novamente em combustível -2002, 2003, por aí. Agora, o comerciante que não recebe esses créditos da Lei nº 215 é porque não estava sendo pago. O Governo passado criou um imbróglio muito grande com essa lei, quando ela não foi de maneira a contemplar o produtor rural, pois tinha empresários do ramo da construção civil que recebia o incentivo da 215 para fazer terraplanagem, então, não teve como continuar. Agora sim, ela irá continuar. Outra notícia excelente para trabalhar, é a questão dessa ação direta de inconstitucionalidade na nova Lei de Terras nº 796, aprovada aqui. Hoje tivemos uma boa notícia, que o Procurador-Geral do Estado conseguiu que o entendimento fosse de não haver essa ação de inconstitucionalidade. Reconhecidamente, a nossa Lei de Terras é constitucional e isso é um avanço, vai permitir as transferências para o Estado, enfim. Nós não voltamos à estaca zero, vamos dar adiamento onde paramos. Isso é uma excelente notícia para as garantias jurídicas de propriedades, para quem trabalha no campo no nosso Estado. Então, Senhoras e Senhores Deputados, me enaidece ser o Líder do Governo da Suely, do Governo do Povo, e trazer nesta quarta-feira excelentes notícias para o povo do Estado. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, servidores da Assembleia, imprensa e público presente, bom dia. Gostaria de expressar a alegria que tivemos ao receber a notícia de que as empresas começaram a receber seus pagamentos atrasados. Por que digo que fiquei alegre? Porque sou empresário, Deputado Naldo, e quando a empresa não recebe, a tendência é diminuir, quebrar e se dilacerar. Mas, graças a Deus os empresários estão começando a receber e o nosso dever e nossa luta é para que o Governo da D. Suely pague os empresários rigorosamente em dia. Os compromissos feitos terão que ser cumpridos e pagos. A estrutura do Governo do Estado não foi criada para dar calote em ninguém, ele foi criado para ser parceiro e honrar seus compromissos. Gostaria de me referir ao meu nobre amigo Deputado Izaías Maia. Nós vamos ter muito o que reclamar de pontes no Estado de Roraima. Conheço o Estado, conheço as vicinais e infelizmente o Governo passado dizia que tinha feito vinte e quatro mil metros de pontes em suas propagandas institucionais e não é o que vemos nas vicinais. Deputado Masamy, Vossa Excelência que é Presidente da Comissão de Viação, Transportes e Obras, o ano passado, o Deputado Flamarion, através da Comissão de Viação, Transportes e Obras, convocou o Senhor Cacá para vir a esta Casa e ele nos disse que o governo tinha feito não vinte e quatro mil metros de pontes e sim vinte e seis mil metros de pontes construídas. Isso está gravado nos anais desta Casa. E, infelizmente, não foi nada disso que foi feito. Temos vinte e duas mil e quatrocentas pontes no Estado de Roraima, dados fornecidos pela Secretaria de Obras, o que dá em torno de vinte e seis mil metros de pontes e temos a certeza que teremos problemas porque muitas dessas pontes ficarão intransitáveis. Nós temos a obrigação e o compromisso de informar ao povo de Roraima todos os esclarecimentos necessários sobre o que acontece no Estado. Em 2013 e 2014 foram fechados mais de 43 milhões de reais em contratos com treze empresas para recuperação de vicinais. Lá no meu Município teve e a estrada ainda está lá fechada. Naquele tempo, cada contrato custava em torno de três milhões e quinhentos mil reais e infelizmente muitas dessas empresas não fizeram o dever de casa. Não sei por que o Estado não fiscalizava. Várias vezes fui à tribuna pedir que as empresas fossem fiscalizadas e ninguém fazia nada. Estou dizendo isso para que os Deputados que eram da base do governo anterior não critiquem o governo que apoiamos hoje, porque naquele tempo a gente pedia, dizia, dava o nome das empresas, mas infelizmente não éramos escutados. E esse problema vai aparecer agora no inverno. Lá no Baliza, a vicinal 29 já está com problema de atoleiro, e ela foi recuperada. Assim, também como a vicinal do Bem-Querê, no Município de Caracará, do Deputado Odilon. Lá na Serra Dourada também já tem problema de atoleiros e ela foi uma das contempladas com esses três milhões de reais para sua recuperação. Também a vicinal do Trairão, vicinal do Bom Jesus,

que inclusive já está com a ponte caindo. O Deputado Marcelo sabe porque é na região dele. Só estou dizendo isso para tentarmos ajudar o Governo da D. Suely Campos. O que passou, passou. Vamos daqui para frente nos unir e ajudar o Estado. Não adianta mais ficarmos falando; temos que nos unir, Deputados da base e da oposição ao governo. Vamos fumar o cachimbo da paz e fazer o dever de casa, que é ajudar o Estado de Roraima. Gostaria de pedir ao Deputado George, como representante do G14, que conversasse com os colegas para fazermos o justo, que é ajudar o Estado de Roraima.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **George Melo** – Deputado, nós vivemos na democracia e na democracia o que faz crescer é a discórdia, é você ter um pensamento, e aqui a oposição sempre foi respeitada. Acho que no parlamento, tanto a oposição como a situação, se todos falarem a mesma linguagem, provavelmente este governo vai achar que está tudo bem, e quando ele acordar vai descobrir que o povo vai dizer um não para ele. É preciso que o parlamento diga e nós fomos eleitos e entendo que vocês estavam certos quando apontavam erros, para que pudéssemos consertar o governo. Agora acho que o Brasil, a América Latina vir vim para Roraima para aprender com Neudo Campos como se faz uma vicinal que passa por um inverno e não estraga. Pelo que Vossa Excelência está dizendo, as estradas e vicinais arrumadas por esse governo elas vão passar quatro anos sem problemas, sem atoleiros, sem buracos, e o povo de Roraima vai ter só estrada boa, maravilhosa, para rodar. O povo está só esperando isso para escoar a produção. Não tenho dúvidas que este governo vai ser um governo melhor que todos que já aconteceram. Vai ser maravilhoso este governo, porque não vai ter problema com o produtor. Aquelas estradas que o Anchieta asfaltou vai ser café pequeno. Estamos esperando um governo que vai trabalhar triplicado e quero chegar aqui nesta Casa, para que o líder chegue e diga: olha, estamos asfaltando, vamos lá ver um asfalto melhor do que esse que está aí. É isso que a gente espera. Nós estamos aqui a serviço do povo, nos colocaram aqui para fiscalizar os serviços do Estado. Se for para todo mundo fumar o cachimbo da paz e dizer que este governo, que ele é lindo, perfeito, e quando chegar os quatros anos esse povo não quer mais a gente não, Vossa Excelência fez um papel brilhante e é muito importante o trabalho do parlamento. Quero dizer que aqui é a caixa de ressonância do povo, da maioria da população. É importante que haja o debate, e, como o Deputado Brito falou aqui, o governo está procurando acertar, e nós vamos tentar ajudar o governo apontando os erros para que o líder do governo e os demais Deputados possam levá-los ao conhecimento da Governadora, e que a gente possa realmente ter uma democracia madura e inteligente. Então, no dia que todos os Deputados disserem amém, que está tudo certo, aí temos que fazer uma reflexão, porque tem alguma coisa errada. Quero dizer a Vossa Excelência que tenho maior respeito pelo seu trabalho, conduta, mais discordo na unidade de pensamento. Acho que esta Casa só vai ser rica em debate quando a gente discordar e colocar nosso pensamento e ser respeitado o pensamento de cada um. Obrigado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua – Obrigado, Deputado George. Quero dizer, Deputado, que uma obra, mesmo sendo uma vicinal, a empresa tem por obrigação conservá-la durante cinco anos. Isso consta nas normas do DENIT. Outra coisa, Deputado, quando eu pedi para que a gente fume o cachimbo da paz, é porque as secretarias do Estado estão todas interditadas, estão em prédios alugados. O governo passado não teve o clamor e nem a consideração de recuperar a Secretária de Educação, Secretária de Segurança, Secretária de Administração e outras. Quando digo para fumarmos o cachimbo da paz, é para darmos um tempo para a governadora começar a recuperar esses prédios. Quando começarmos a recuperar e voltarmos para a estrutura do Estado, para dentro do seu quintal, dentro da sua casa, a gente vai começar a ver as outras coisas. Para informar a Vossa Excelência, Deputada Lenir, que era Secretária de Educação na época, não estou dizendo que a senhora é culpada, mas uma escola em São Luiz do Anauá, Alan Kardec, foi recuperada com mais de um milhão de reais e hoje o piso todo saiu. Não tem um ano de inaugurada! Mas não foi culpa da Secretária, a culpa é da estrutura do governo que não fiscalizava. Eles colaram a cerâmica com cimento em cima da outra, que não pode, ela sai. Quando a gente reclama, é porque gasta hoje e não resolve, tem que gastar amanhã duas vezes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Jorge Everton** - Deputado Gabriel, quero só fazer um esclarecimento. Já tenho dito outras vezes sobre o meu posicionamento. É o meu primeiro mandato, não estava aqui na legislatura passada, não posso dizer que a carapuça cai em mim, quando o Senhor fala que no passado era diferente. Eu não acredito que era diferente. Eu acredito que no passado o governo

teve acertos e erros. A própria Deputada Aurelina sabe muito bem. Ela falou com propriedade. Ela, que é do PSDB e conhecia o trabalho do Governador Anchieta, sabe das dificuldades que o Estado passou. Ela sabe que o governo errou e acertou. Não estou levando nem em consideração isso, porque em todo governo tem erros e acertos. O que não concordo, Deputado Gabriel, é que durante a campanha eleitoral se encha o povo com mentiras, se engane a população, achando que estamos no país do faz de conta, e depois que assumem o governo ficam culpando o governo passado. Quando a pessoa se candidatar, ela tem que ter a consciência do estado que ela vive, das dificuldades. O Senhor fez um papel brilhante, juntamente com os Deputados Brito, e Sampaio como oposição. Vocês mostravam diariamente o problema do Estado. A candidata ao governo sabia das dificuldades, ela não pode agora se eximir das responsabilidades. Ela pode fazer como a Deputada Aurelina falou, que a Prefeita Teresa, na campanha, no palanque, disse que no primeiro ano iria ser um ano difícil e de dificuldades, que iria fazer mudanças, organizar, e o resultado foi esse, foi diferente. A atual Governadora prometeu aumentar o Crédito Social, que agora mudou o nome, para 170 reais. Foi anunciado aqui que houve o recadastramento, que voltou o pagamento e 24 mil famílias não vão ser beneficiadas, mas deu o aumento que prometeu? Então, tem que ter dois pesos e duas medidas. Se você promete na campanha, cumpra, tenha a responsabilidade de dizer que o Estado está em dificuldade e que não se pode fazer muito neste primeiro ano e não criar expectativa e ficar dando desculpa com o governo passado.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua - Deputado Jorge, o governo da Dona Suely tem apenas cem dias; tem mais 3 anos 8 meses pela frente. Acredito que, se ela prometeu, ela vai cumprir sim. Agora, quem deixou de cumprir foi o Governador Anchieta, que falou que o vale-alimentação iria para 150 reais. Passou-se onze meses e ele não pagou; veio pagar na pressão e não pagou nenhum retroativo. E o Pró-custeio, que era o auxílio daquele rapaz lá do meio do mato? O ex-governador Neudo, na época, prometeu que pagaria R\$ 1.000 reais, pois eram apenas R\$ 500 reais. O Governador Anchieta disse que pagou R\$ 1.500. Até hoje o produtor rural não recebeu nem a promessa, quanto mais o valor do vale. Só estou dizendo isso a Vossa Excelência, não como uma crítica. Nós estamos reclamando porque dói na nossa pele. Aqui Vossa Excelência e eu temos filhos. Então, temos que apadrinhar e recuperar o Estado de Roraima, Deputada Aurelina. O que aconteceu para lá, vamos esquecer. Quando digo para fumarmos o cachimbo da paz, para apoiar a Governadora Suely, quero pedir para dar um ano de credibilidade para ela para ver se ela coloca a máquina nos trilhos. Se ela não colocar a máquina nos trilhos, saímos fora. É esse o pedido que eu faço, para fazermos um exame de consciência. O Ex-Governador Anchieta Júnior teve uma felicidade tão grande quando assumiu o Governo, pois recebeu o governo com 260 milhões de reais em caixa. A Governadora Suely Campos recebeu com apenas 90 milhões e um débito de dois bilhões de reais. O Governador Anchieta recebeu o Governo com um débito bem menor. É nesse perfil que eu me pronuncio. Passo a palavra para a Deputada Aurelina

Aparte concedido à Senhora Deputada **Aurelina Medeiros** – Eu queria só me reportar, Deputado, que eu não falei exatamente o que o Deputado Jorge Everton falou. Eu quis enfatizar, até porque promessa de campanha é crime. O que existe é um programa de candidato que é apresentado. Eu quis me reportar aos compromissos assumidos pela prefeita passada. Eu não estou dizendo quem fez ou quem deixou de fazer. Não se cumpre na hora que se assume o governo, principalmente quando não se tem com que fazer isso. Na prefeitura aconteceu isso. Ainda hoje a prefeita está cumprindo compromissos assumidos do dia que ela tomou posse. No primeiro ano, ela não cumpriu nada. Hoje, ela está buscando cumprir da mesma forma que a Governadora Suely também. O que eu disse foi isso. Eu não posso querer, seria ingenuidade minha, que no primeiro mês ou no segundo mês de Governo, Roraima se transforme num paraíso de recursos, como se os recursos tivessem ficado guardados no cofre e no outro dia, ela pudesse aumentar o salário do servidor, duplicar, pagar tudo, fazer tudo funcionar como num toque de mágica. Não é assim que as coisas acontecem. Administrar um Estado, como administrar a prefeitura, é difícil para todos. Eu quis dizer que no primeiro ano também não houve realizações do Programa de Trabalho da Prefeita Teresa, como não houve da Governadora Suely, porque seria impossível, seria ingenuidade da parte da gente pregar aqui que as coisas deixaram de ser feitas porque A ou B não teve boa vontade de fazer. As coisas não acontecem dessa forma. Se tem 4 anos para governar, justamente para se ajustar e fazer cumprir o seu programa político de eleição. As coisas estão começando a acontecer e vão acontecer. É isso que eu

quis dizer.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Oleno Matos** – Deputado Gabriel, só para complementar e refrescar um pouco a memória do Deputado Jorge Everton. Vossa Excelência falou em seis meses de Governo, não apenas quatro. Só para retificar. Vou citar alguns acontecimentos dos últimos quatro meses.

Quero lembrar que o Governo recebeu o Estado com o salário dos servidores de dezembro atrasados, e que o Governo pagou essa folha complementar, que não era previsão de despesas, dentro das promessas e dos compromissos de campanha. Quero lembrar que no governo anterior era prática usual não se repassar completamente o duodécimo dos poderes. Os duodécimos eram repassados de forma parcelada. Inclusive quando chegava outubro, novembro, dezembro, eu tive a oportunidade, na época, de ser Subdefensor Público-Geral, era um Deus nos acuda nos poderes e nos órgãos que recebem por duodécimo porque a gente ficava na incerteza se o Governo iria ter perna para honrar os compromissos com esses órgãos.

Quero lembrar, como foi dito pelo Deputado Brito, nosso brilhante líder, que o governo acabou de pagar cinco milhões para o transporte escolar, de uma dívida que foi originada no governo passado, que meteu os pés pelas mãos, e nós tivemos que fazer uma manobra técnica para que pudéssemos legalizar o pagamento dos transportes. O que foi devidamente feito.

Quero lembrar que também existia uma dívida com a comida fornecida para o sistema prisional, tanto aqui da capital, quanto de São Luís. E que o Governo do Estado não só tentou alguns compromissos com esses fornecedores que, por fim, desistiram de fornecer ao Governo, mas também contratou nova empresa e restabeleceu seu fornecimento. E o fornecimento, não tenho dúvidas, para quem está acompanhando, feito de forma mais digna e sem mais denúncias de comida estragada e comida chegando fora do horário.

Quero lembrar que para regularizar o Estado, para que a gente possa estar apto a receber recursos federais, a participar dos programas do Governo Federal, o Estado teve que desembolsar mais de 30 milhões nos primeiros quatro meses, sem ter essa previsão de gastos. Hoje, o Estado está pronto para trabalhar junto com o Governo Federal, buscando o desenvolvimento do Estado.

Quero lembrar que o quadro do DETRAN, apesar do decreto de contingenciamento, a Governadora se sensibilizou e autorizou que fossem contratados novos servidores para aquela Casa, dinamizando mais ainda a atividade do Departamento de Trânsito e diminuindo as consequências do nosso nefasto trânsito.

E, finalmente, lembrar do que a Deputada Aurelina falou, que as promessas e compromissos feitos em campanha, isso eu estendo também aos Deputados Estaduais, nós temos que cumprir, mas dentro dos quatro anos de mandato. Como foi dito aqui, foi restabelecido o pagamento do Crédito do Povo, também pagando retroativo a janeiro. Eu acredito que o calendário dos próximos meses vai vir com pagamento de fevereiro e março. E não tenho dúvidas, Deputado, que é planejamento da Governadora, tão logo ela consiga sanar as finanças do Estado, honrar seus compromissos de campanha e majorar o valor do crédito do povo para aquilo que foi prometido e comprometido em campanha com o povo de Roraima.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua – É verdade, Deputado Oleno. Essas contrapartidas com esses convênios federais deram um impacto muito grande nas finanças do Estado nesse primeiro mês. Já no São João da Baliza com o Caroebe, na Vicinal 34, estavam paradas há mais de dois anos porque o Governo do Estado não tinha pago a contrapartida, o dinheiro não podia ser mexido. Vão ser retomadas as obras nas vicinais interditadas. Na BR-210 também faltava a contrapartida desde 2010. A BR-210 tinha início de recuperação, mas não pagaram a contrapartida, o dinheiro foi bloqueado. Então, são vários entraves que caíram nas mãos da Governadora Suely Campos. Mas isso, com fé em Deus, nós vamos sair dessas dificuldades.

E, para finalizar, queria fazer uma homenagem ao Senador Telmário Mota, parabenizando-o pelo brilhante serviço que ele está fazendo no Senado. Ontem eu o assisti na TV Senado, ele esteve com a Ministra Kátia Abreu, do Ministério da Agricultura, pedindo para que ela flexibilizasse recursos para Roraima lutar contra a praga da mosca da carambola e investisse mais para que o Estado saísse dessa situação de ter esses insetos prejudicando nossa produção. Ela também se comprometeu em fazer um novo estudo da sorologia para elevar, tanto o Estado do Amazonas, como Roraima ao mesmo nível da febre aftosa, para que sejam destravadas as fronteiras para que a gente possa vender o nosso rebanho. Telmário Mota está de parabéns pelo grande

esforço e relevância pelo seu trabalho no Senado. Concedo um aparte à Deputada Lenir Rodrigues.

Aparte concedido à Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Deputado, o papel da Secretaria de Educação é conseguir os recursos para realizar as obras. Na época em que fui gestora vi várias vezes à oposição bradar aqui dizendo que nenhuma escola estava sendo reformada. Naquela época, com as dificuldades financeiras, elegemos em cada município prioridades. Em Rorainópolis foi a Escola Antônia Tavares; em São Luiz do Anauá, a Escola Alan Cardec; em São João da Baliza, a Escola Vereador Francisco Macedo. O Secretário de Educação não tem gerência sobre a obra, isso compete ao Secretário de Infraestrutura. A responsabilidade é do engenheiro da Secretaria de Infraestrutura. Por isso, que tenho feito esses esclarecimentos aqui no plenário, porque parece que é responsabilidade da Secretaria de Educação, mas não é. Agradeço a Vossa Excelência por ter dito isso. Uma coisa tenho que esclarecer, recentemente, neste final de semana, estive no Uiramutã com o Deputado Naldo da Loteria e gostaria de dizer que as obras do Uiramutã estão quase todas prontas. Gente, essas pontes foram iniciadas há muito tempo. Uma vez fui reinaugurar a escola do Ana Libória e eu me senti mal, porque ela havia sido construída na gestão da Professora Ana Maria Freitas e na hora, como era o meu nome que iria constar, eu fiz uma homenagem para a professora Ana Maria Freitas. Quando o Ex-Governador Flamarion foi cassado, nós tínhamos deixado prontinha a escola Elza Breves. Logo que o Brigadeiro assumiu o governo, ele foi inaugurar com a professora Ilma Xaud. Às vezes, o nome de quem inaugura, que esta na placa, não é de quem iniciou o projeto. Eu acompanhei agora no Uiramutã e eu conheço todo o Uiramutã, e as pontes realmente são bem feitas. Na estrada da ponte do Cotingo até o Caju, só tem uma que já esta sendo terminada e a empresa é a mesma que fez a ponte do Cambaru, é a empresa Amajari. A ponte caiu! Se formos falar de governos anteriores, vamos ter que falar de muita gente. A ponte do Cambaru passou anos e anos caída e o povo ilhado. Lá a dificuldade é tão grande que tem três pontes com o mesmo nome. Só que uma tem 20 metros de extensão, a outra tem seis metros, porque o rio dá voltas. É ético também a gente saber que nesses três meses não deu tempo do governo fazer pontes, porque para se abrir os altos de um processo, alocar recursos é muito difícil. Então, é mais ético a gente reconhecer o trabalho dos outros governos. Só queria fazer esse esclarecimento e parabenizar o Deputado Brito, líder do Governo. Realmente, quando procuramos Vossa Excelência, é porque confiamos no seu trabalho e queremos parabenizá-lo por essa intermediação de sucesso que o senhor fez, principalmente com o transporte escolar, porque a política pública e o transporte escolar são fundamentais para a garantia da permanência e o sucesso das crianças nas escolas. Obrigada.

O Senhor Deputado **Gabriel Picanço** continua – Gostaria de encerrar dizendo que eu também não disse que a Senhora era culpada. A Senhora estava Secretária na época e tenho certeza que passou pela sua gestão, mas sei que a Senhora não é engenheira. Quem tem que fiscalizar é o engenheiro da obra. Obrigado e bom dia a todos.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – Quero informar que o Presidente teve que se ausentar da Sessão. Neste momento encontra-se no TRE onde a Assembleia Legislativa deve firmar um acordo de cooperação mútua para operacionalização de programas e operação política no Estado, proposto pelo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral, Desembargador Mauro Campelo. Essa parceria entre as duas instituições vai possibilitar o estabelecimento de ações em torno dos projetos: Voto Ético, Conhecendo a Urna Eletrônica e o Meu Primeiro Voto, que fazem parte das atividades da Justiça Itinerante do TRE. É uma parceria importante da nossa Casa com o TRE.

Não temos nenhuma matéria para a Ordem do Dia. A matéria que estava prevista foi retirada para aprimoramento do texto.

Passamos para o expediente de Explicações Pessoais.

A Senhora Deputada **Lenir Rodrigues** – Convido os Membros da Comissão de Educação para uma reunião, após o término da Sessão, aqui no plenário.

O Senhor Presidente (**Coronel Chagas**) – E, não havendo mais nada a tratar, dou por encerrada a Sessão e convoco outra para o dia 05 de maio, à hora regimental. Registraram a presença, no painel, os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Coronel Chagas, Evangelista Siqueira, Francisco Mozart, Gabriel Picanço, George Melo, Izaías Maia, Masamy Eda, Naldo da Loteria, Odilon Filho, Oleno Matos, Soldado Sampaio e Valdenir Ferreira.**
Ata Sucinta Aprovada em: 30/04/2015